
NÚCLEO
POLÍTICO·CULTURAL
MUCURIPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE FORTALEZA

CENTRO DE TECNOLOGIA

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

DISCIPLINA: TG-463-A - Projeto de Graduação - 1994.1

TEMA: "NÚCLEO POLÍTICO-CULTURAL/MUCURIBE"

EMENTA: "Conjunto de espaços com fins culturais e político-organizacionais, localizados na área do riacho Maceió: entre os bairros da Varjota, Papicu e Mucuripe, apresentadas a nível de anteprojeto."

ALUNO: GUSTAVO BEZERRA DO NASCIMENTO COSTA

MATRICULA: 893006-6

ORIENTADOR: Romeu Duarte Jr.

FORTALEZA/CE

AGRADECIMENTOS

. Ao Professor José Antônio Lemenhe, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará, pela valiosa colaboração na realização deste trabalho.

. Ao arquiteto Clóvis Ramiro Neto, pela colaboração na pesquisa bibliográfica.

. A Verinha e Vilani, da Associação de Moradores do Conjunto Santa Terezinha.

. Aos amigos e colegas de turma.

. A minha família, pelo apoio e incentivo.

SUMARIO

INTRODUÇÃO.....	01
DESENVOLVIMENTO.....	04
1. O Tema.....	05
. Ilustração	
2. A Area.....	11
. Ilustrações	
3. Plano Geral.....	16
. Ilustração	
4. Programa Básico.....	20
5. Partido.....	23
6. Implantação.....	25
. Ilustrações	
7. Sistema Construtivo.....	30
7.1. Sistema Estrutural.....	32
. Ilustrações	
8. Materiais.....	34
9. Plano de Execução.....	36
CONCLUSAO.....	39
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS.....	44

"Liberdade para todos, quer dizer, cultura para todos."

utopia no Brasil

por

de

de

De

De

De

De

INTRODUÇÃO

"Liberdade para todos, quer dizer, cultura para todos, é utopia no Brasil, mas esse reconhecimento não deve assustar e impedir a ação. Utopia e Cultura são o verso e reverso de uma mesma entidade. Apostar num é construir o outro". (Teixeira Coelho, "Uso da Cultura", 1986).

Síntese dos objetivos gerais e específicos desenvolvidos na formulação do tema para o "Projeto de Graduação", durante a disciplina de Seminário de Arquitetura e Urbanismo (1993.2):

"Objetivos Gerais:

- . Fomentar a organização político-associativa das comunidades, como forma de despertar o habitante para o exercício da cidadania e fortalecer o poder de reivindicação perante a sociedade.

- . Sedimentar as raízes culturais locais através de sua produção, ensino, difusão e documentação, como forma de fortalecer os vínculos entre o cidadão, a comunidade e o meio.

Objetivos específicos:

- . Congregar as diversas associações comunitárias da área.
- . Criar espaços que possibilitem o exercício da educação informal como complemento à formal.

- . Criar espaços que possibilitem a produção/ensino, difusão e documentação da cultura local.

- . Viabilizar canais de reivindicação perante os órgãos públicos; instrumentos descentralizadores do poder

- . Valorizar o espaço público como o espaço da comunidade e propício à sua manifestação."

a proposta do "Núcleo Político-Cultural" que procura, a partir de uma reconceituação de seus termos, acrescentar novos horizontes às propostas de "centros culturais", principalmente voltados para as populações de baixa renda.

SEAR DOCUMENTO

DESENVOLVIMENTO

Desenvolvimento é o processo de crescimento e amadurecimento de uma pessoa, envolvendo aspectos físicos, emocionais, intelectuais e sociais. Este processo ocorre ao longo da vida, desde a infância até a velhice. O desenvolvimento humano é influenciado por fatores genéticos, ambientais e sociais. A compreensão do desenvolvimento humano é fundamental para a educação, a saúde e o bem-estar da sociedade.

1. O TEMA

Objetivando inicialmente fundamentar o tema proposto a partir de uma definição de seus termos, tem-se que:

A. "Político"

O termo "político" deve ser entendido no âmbito das relações sociais, como "o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo". ¹

Transformação essa realizada a partir da organização associativa da comunidade. Segundo Maar ² "Nos movimentos sociais, a política revela seu maior potencial dinâmico, pelo constante desenvolvimento de novas formas derivadas de situações cotidianas e da necessidade de sua transformação."

Em sua conformação, o "Núcleo" surge como o espaço da comunidade e da representação organizacional. O espaço das manifestações e das reivindicações.

B. "Cultural"

O termo "cultural", muitas vezes confundido com sua vertente artística, é aqui entendido dentro de uma visão mais abrangente-a da diversidade, que envolve todas as manifestações de um grupo social.

Segundo Arantes ³: "Essa diversidade, que se desenvolve em processos históricos múltiplos, é o lugar privilegiado da cul-

1. MAAR, Wolfgang Leo - "O Que é Política" - Col. Primeiros Passos, 1983 (p. 75).

2. MAAR, Wolfgang Leo - op. cit. (p. 22)

3. ARANTES, Antônio Augusto - "O Que é Cultura Popular" - Col. Primeiros Passos - 1990 (pág. 26).

identidade dos vários agrupamentos, ao mesmo tempo que os diferencia dos demais."

Assim, "... tudo nas sociedades humanas é constituído segundo os códigos e as convenções simbólicas a que denominamos cultura. Desse modo, interpretar o significado das culturas implica reconstituir, em sua totalidade, o modo como os grupos se representam as relações que os definem enquanto tais, na sua estruturação interna e nas suas relações com os outros grupos e a natureza, nos termos e a partir dos critérios de racionalidade desse grupo" ⁴. Pensar em cultura implica pensar em trabalho, lazer, manifestações artísticas, política, etc.

Por outro lado o conceito de "cultura" distingue-se dos conceitos de "tradição e folclore". "Pensar em 'cultura' como sinônimo de 'tradição' é reafirmar a idéia de que a sua idade de ouro deu-se no passado. Em consequência, as sucessivas modificações por que passaram seus objetos, concepções e práticas não podem ser compreendidas senão como deturpadoras ou empobrecedoras (...) (...) Cultura é um processo dinâmico; transformações (positivas) ocorrem, mesmo quando intencionalmente se visa congelar o tradicional para impedir a sua deterioração". ⁵

"A folclorização da Cultura Popular constitui a marca mais visível deste processo de desqualificação da experiência e do saber dos dominados (...) (...) Diferentes modalidades de organização têm por consequência o desenvolvimento de formas específicas e registros diferenciados. É impossível hierarquizá-los e transformar qualquer um deles em "modelo" a partir do qual se defina o

4. ARANTES, Antônio Augusto - op. cit. (p. 34-35)

5. ARANTES, Antônio Augusto - op. cit. (pág. 17-18/21-22)

que é ou não popular".⁶

Sendo um sistema de produção dinâmico, o processo cultural ocorre por fases, quais sejam: produção, ensino, consumo, difusão e documentação, fases essas intimamente relacionadas e dependentes entre si.

Segundo Teixeira Coelho⁷ em sua proposta de "Ação Cultural": "... Num sistema de produção (cultural ou outro), a fase de produção propriamente dita é apenas uma das componentes do todo, que não existe se não ficarem configuradas as etapas da 'distribuição', da 'troca' e do 'consumo' (...) (...) Ação cultural tem por finalidade única fornecer às pessoas o máximo de meios para alterar o eixo de enfoque e privilegiar aquilo que poderia ser chamado de 'auto-produção': produção para ser consumida pelos que fazem."

C. "Político-Cultural"

A fundamentação da fusão "político-cultural" pode então ser pensada a partir dos comentários de Maar⁸: "Do mesmo modo que se pode falar de um papel político para a cultura, cabe também falar de uma função cultural da política. As relações entre os dois planos são recíprocas. Precisamente para se referir a estas relações usa-se o conceito de "ideologia".

"Pode-se dizer que as culturas cumprem uma função política enquanto ideologias que apresentam interesses particulares como objetivos políticos gerais: (...) Como ideologias, as manifestações culturais podem ter tanto uma função conservadora - de apoio ao existente - como inovadora - de produção de alternativas para

6. SILVA, Olga Brites da - "Memória, Preservação e Tradições Populares" - In: SMC-SP - "O Direito à Memória" - 1992 (pág. 18-19)

7. COELHO, Teixeira - "Usos da Cultura"

8. MAAR, Wolfgang Leo - op. cit. (pág. 94)

"A cultura, para realizar de fato os valores que constituem a sua experiência humana, exige a elaboração de uma proposta política (necessita a aplicação de uma atividade política). (...) A atividade política, portanto, possui um objetivo cultural, de realização de valores éticos, de concretização de uma visão de mundo." 10

"A politização da cultura separa nela o joio 'ideológico' do trigo dos 'ideais' da civilização humana, revelando ambos como valores condicionados a determinadas situações históricas".

11

A partir dos conceitos acima definidos, entende-se que a organização política de uma comunidade é de fundamental importância para a sua própria sobrevivência como conjunto, na medida em que fortalece o poder de participação de cada um de seus componentes dentro do conjunto e deste perante a sociedade.

Por outro lado, a valorização, através da produção e difusão, de suas manifestações culturais - reafirmando conceitos como memória e identidade em contraposição ao processo de "massificação" da cultura por que passa a sociedade - sedimenta os vínculos do cidadão e da comunidade com o espaço que habitam.

Dessa forma, então, pretende-se criar um espaço que atue como polo coletor, difusor e transmissor cultural ao mesmo tempo em que fortaleça a organização política, congregando as diversas associações comunitárias existentes e se caracterizando como instrumento descentralizador do poder.

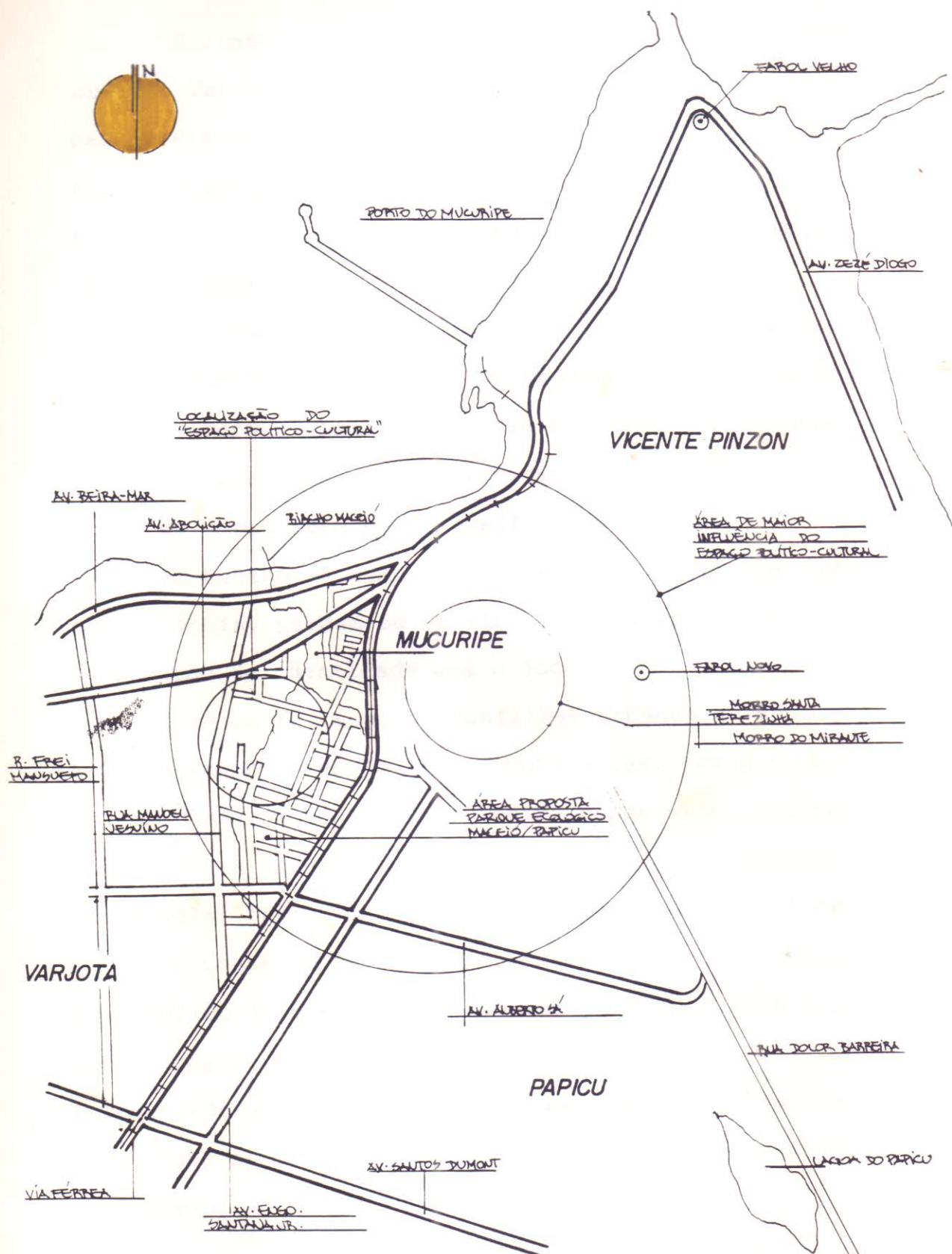
Entende-se que tal tema impescinde de uma proposta de intervenção na área como um todo, e que a vertente político-cultural deve encontrar respaldo no âmbito sócio-econômico. Porém, o

9. MAAR, Wolfgang Leo - Op. cit. (pág. 93)

10. MAAR, Wolfgang Leo - Op. cit. (pág. 98)

11. MAAR, Wolfgang Leo - Op. cit. (pág. 98)

próprio tema, e o espaço que dele se constituirá, na medida em que fomentam o exercício da cidadania e da vida em comunidade, tornam-se eles próprios geradores dessas transformações.



LOCALIZAÇÃO / RAIOS DE INFLUÊNCIA
FIG. 1

delimitado pelas ruas Papicu, Maceió e a orla marítima.

2. A ÁREA

ver fig.

O contato realizado com as comunidades dos bairros do Mucuripe, Varjota e Papicu, durante o desenvolvimento das disciplinas de Planejamento Urbano e Regional -1(92.2), Planejamento Urbano e Regional-2 (93.1) e Projeto Arquitetônico.4 (92.2), levou a um maior nível de compreensão acerca dos limites e potencialidades da área.

O Mucuripe apresenta-se com uma das poucas regiões da cidade em que ainda podem ser percebidos fortes traços de uma produção cultural local, observadas na pesca artesanal, artesanato em geral, manifestações artísticas e folclóricas. Traços esses que, com o processo de "massificação cultural" (entendido por Teixeira Coelho ¹² como "lazer de massa") vão se exigüindo. Em consequência, perdem-se os vínculos afetivos (memória) e a própria noção de identidade com o local.

Por outro lado, os conflitos urbanos gerados pela crescente valorização e especulação imobiliárias, levam a uma progressiva, expulsão da população de baixa renda (comunidades dos três bairros) e à agressão ao espaço natural, representado principalmente pelas bacias dos riachos Papicu e Maceió e a orla marítima.

O trabalho desenvolvido culminou com a elaboração de um diagnóstico da área e de propostas para um parque ecológico (Parque Ecológico Maceió/Papicu). A nível de projeto arquitetônico foram elaboradas propostas para uma Escola-Parque (Escola de 1º grau), que se integraria ao contexto do parque ecológico citado. (ver anexos)

população em geral

O terreno, com área total de aproximadamente 60,000m², é

uma população

----- localização na orla marítima (fos do Riacho
12. COELHO, Teixeira. Op. cit (P. 104)

delimitado pelas ruas Dep. João Arruda e Alvaro de Castro Correia (direção norte-sul), Manoel Jesuino e Canindé (direção leste-oeste) (ver figura 1-localizações). O leito do riacho Maceió, a vegetação e o relevo dos fundos de vale caracterizam o espaço natural.

Apresenta-se atualmente com difícil acesso visual e físico, em decorrência das habitações que ocupam as faixas lindeiras às vias principais (ver figura 2 - caracterização do terreno e entorno/ver foto).

Em decorrência disto e do descaso por parte das autoridades, apresenta vários focos de aterramento por deposição de entulho e lixo, reduzindo sensivelmente o potencial do espaço natural.

O entorno, predominantemente apropriado pela população de baixa renda, apresenta progressiva valorização imobiliária, o que se reflete em uma crescente ocupação por edifícios multifamiliares com população de média e alta renda. O terreno apresentado engloba ainda uma escola de 1º e 2º graus (Escola Pe. José Nilson), que se integraria à proposta como equipamento cultural institucional.

Tal localização para o "Núcleo Político-Cultural" atende a algumas diretrizes básicas:

- . Proximidade com relação à população produtora:

Apesar de não se situar no centro de seu círculo de influência (ver figura 1- raio de influência), a caracterização do espaço em que se situa e o seu potencial paisagístico viabilizam a área como um pólo de atração, para a comunidade como para a população em geral.

- . Identificação do ambiente (entorno) da área com essa mesma população:

A opção pela localização na orla marítima (foz do Riacho

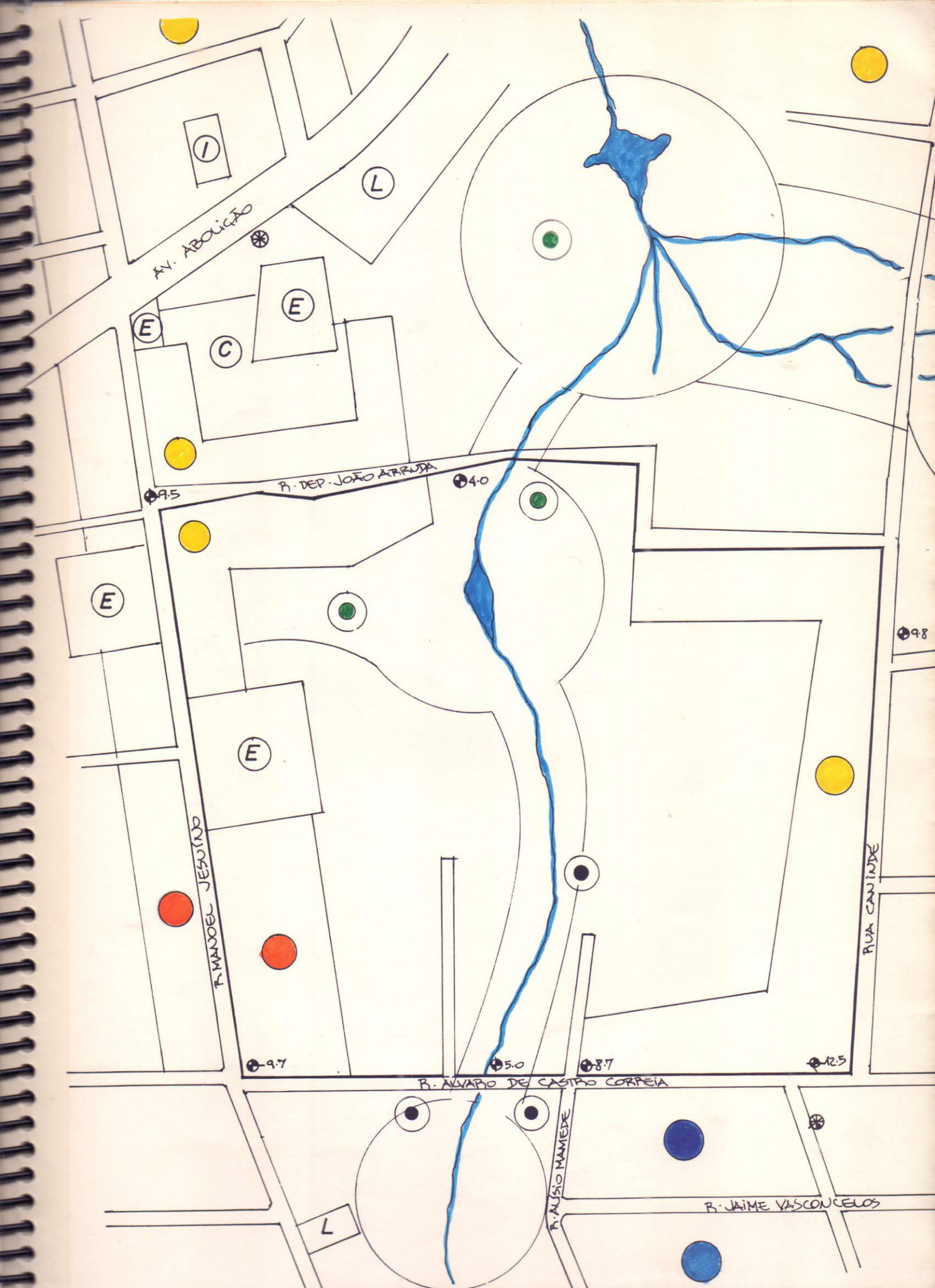
Maceió) valorizaria os aspectos de "difusão" e "consumo" da produção cultural, porém, caracterizando-se como uma área apropriada pela população de mais alta renda perderia-se a identificação do entorno com a população produtora. Acabaria-se por inibir o acesso e o uso pela população de baixa renda.

Por outro lado, um desmembramento do núcleo em duas áreas distintas seria inviabilizado pelas dificuldades em sua administração, além de perder-se o sentido de conjunto na produção cultural.

. Integração ao contexto do "Parque Ecológico Papicu/Maceió":

Estando a ele inerente por sua própria caracterização, além de viabilizar a apropriação de seu espaço natural e construído, o "Núcleo Político-Cultural" funde-se ao "Parque", que pode ainda abrigar outros "núcleos" em seu conjunto (saúde, esportes, etc.).

Por outro lado, o próprio parque ecológico atua, por seu potencial paisagístico, como elemento de atração da população para a área.



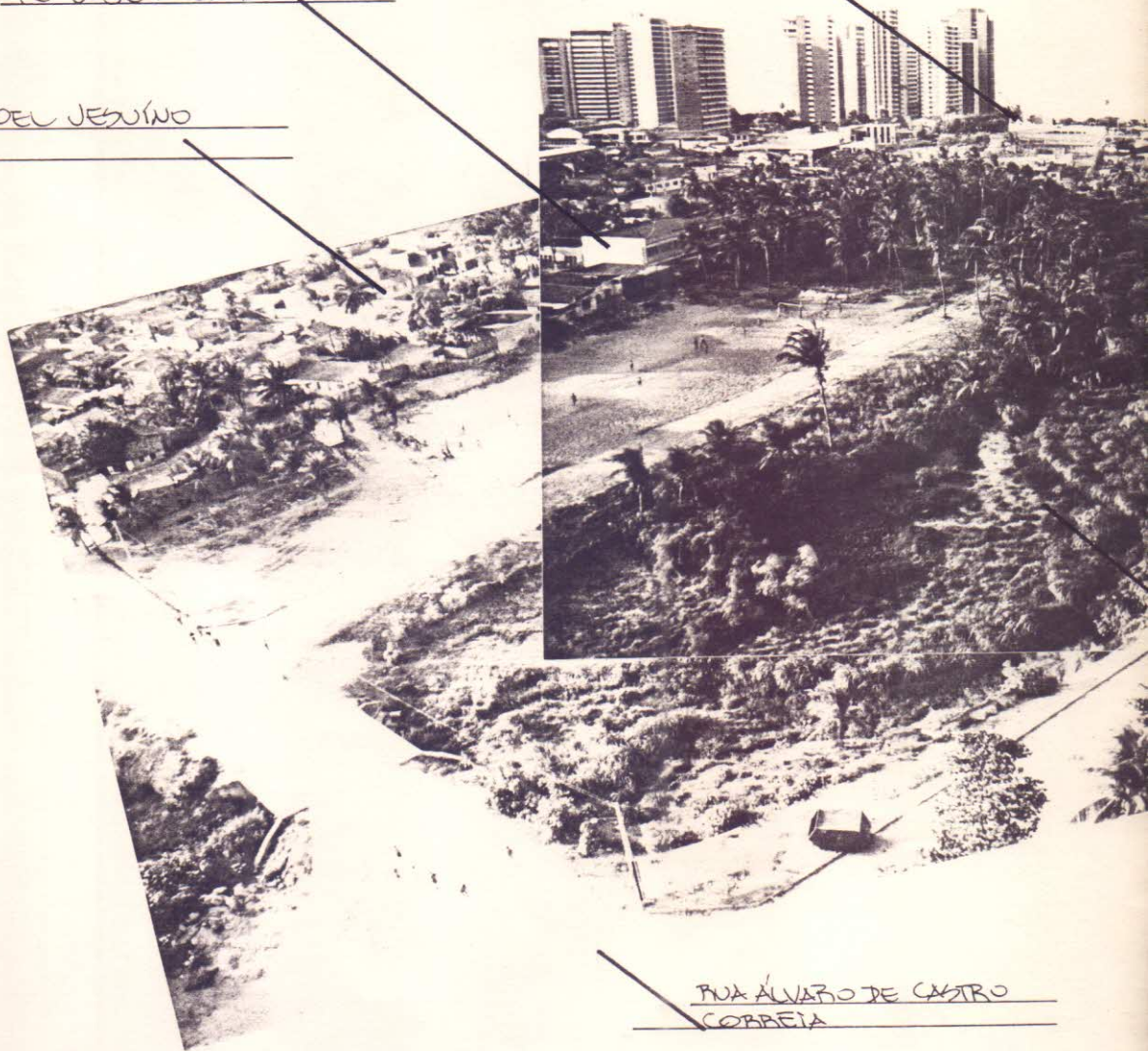
IG. N. SA. DA SAÚDE

AV. ABOLIÇÃO

AV. BEIRA-MAR

EQUIPAMENTO ESCOLAR
ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS
PE. JOSE NILSON

R. MANOEL JESUÍNO



RUA ALVARO DE CASTRO
CORREIA



LEITO DO RIACHO MACEIÓ -
FUNDOS DE VALE

MONTAGEM FOTOGRÁFICA

3. PLANO GERAL

A partir do desenvolvimento do tema e de uma análise da área de implantação, parte-se para o estabelecimento de um plano geral de atuação.

Nesse sentido, definem-se três níveis de intervenção a serem atingidos pela proposta:

. Intervenção Urbana na Área: (ver figura 3)

Desenvolvimento da proposta do "Parque Ecológico Papi-cu/Maceió" dentro da área de localização do "Núcleo Político-Cultural" e no sentido de integrá-lo a uma proposta geral para a área:

Tal intervenção inclui a remoção de trinta e seis famílias nas faixas lindeiras ao riacho Maceió (ruas Manoel Jesuíno e Alvaro de Castro Castro Correia), dentro da área de localização do "núcleo".

Tais remoções se fazem necessárias na medida em que garantem maior as condições de acesso à área. Isso viabiliza a proposta que, pelo seu porte, necessita de um "público" que garanta o seu funcionamento, tornando-se imprescindível um acesso físico e visual imediato.

Por outro lado, deve-se ter em mente que a proposta integra o contexto do "Parque Ecológico" e que, para sua concretização, serão realizadas remoções em outros pontos da área.

Procura-se então minimizar os problemas, propondo a relocação dessas famílias em local o mais próximo possível do local da remoção.

A área de relocação, a nível de proposição, apresenta parcelamento em vinte e sete lotes com dimensões de 6x22m.

As unidades apresentam dois pavimentos e, conforme a situação de origem, podem abrigar um ou duas famílias.

A malha viária sofre algumas alterações, sendo suprimidos trechos das ruas Dep. João Arruda e Alvaro de Castro Correia, no sentido de garantir a continuidade do "parque" e reduzir o fluxo de automóveis em seu interior.

O espaço natural apresenta-se configurado nas áreas de preservação (ver figura 2). As prováveis e necessárias modificações nas áreas de vegetação (remoção de pequenas faixas de "verde"), devem ser compensadas com a criação de novas áreas em maior quantidade.

Além disso propõem-se a formação de passeios e praças, juntamente com o mobiliário urbano, que configuram os espaços abertos de circulação e permanência no interior do "parque".

. Reforma em Edifício Escolar:

Intervenção na escola de 1º e 2º graus Pe. José Nilson localizada dentro do terreno de implantação do "Núcleo" - apresentada a nível de proposição.

Ocorre no sentido de integrá-la ao contexto geral do "parque ecológico" e mais especificamente, ao "Núcleo Político-Cultural".

Propõe-se o acréscimo de alguns equipamentos inexistentes na atual escola (ver anexo - Programa Arquitetônico), a retirada dos muros de frente e fundos e reparos gerais em seu interior.

Dentro da ampliação, propõe-se a implantação de um bloco de salas de aula, destinadas ao ensino profissionalizante e à alfabetização de adultos.

A implantação de equipamentos esportivos visa a sua utilização pela escola como pela comunidade, configurando-se como uma

reorganização e ampliação da área que atualmente abriga um campo de futebol.

. O "Núcleo Político-Cultural"

Temática central da proposta, desenvolvida a nível de anteprojeto, com detalhamento de alguns setores.

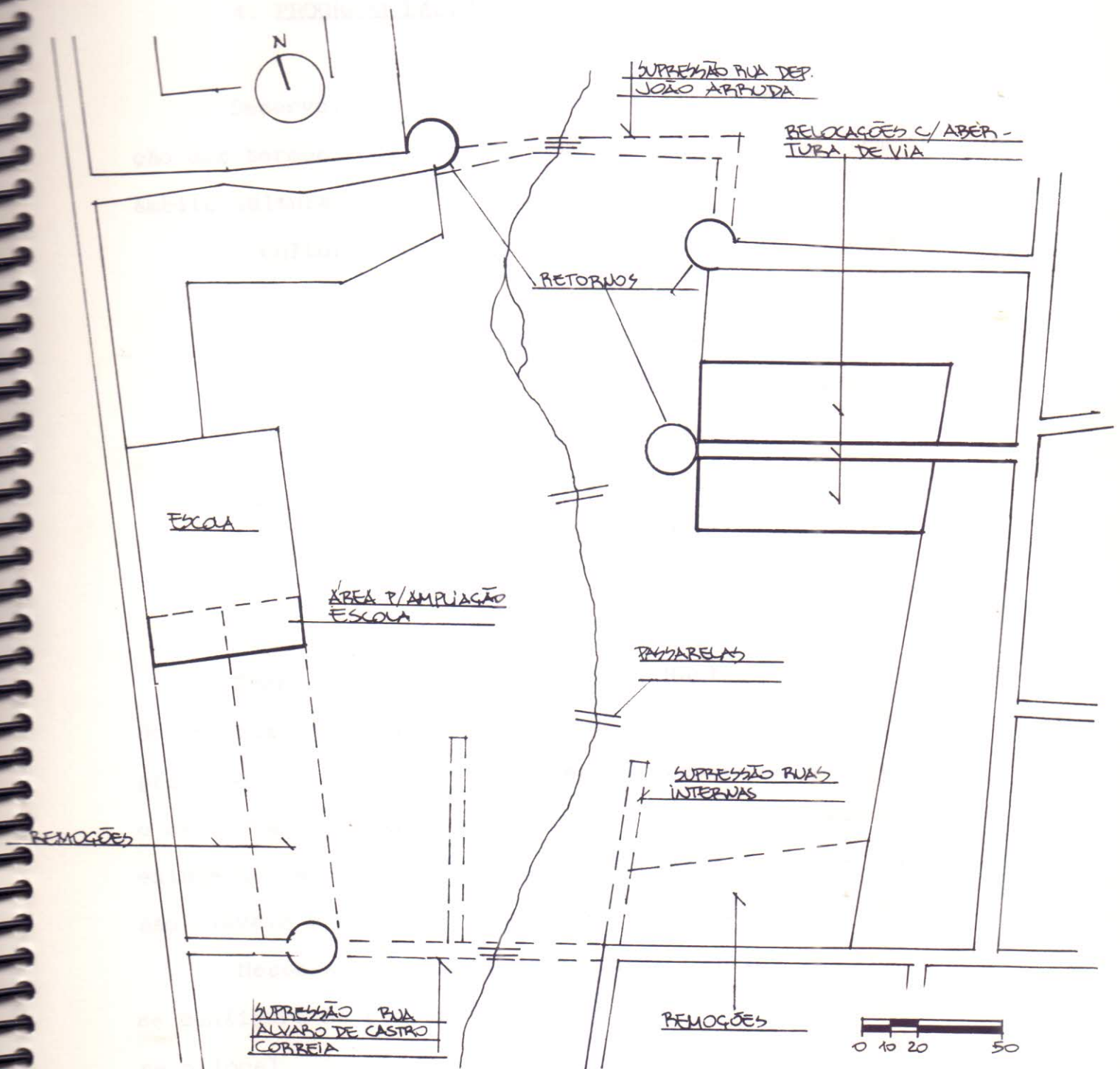


FIG. 3

4. PROGRAMA BASICO

Desenvolvendo-se o Programa Básico a partir da conceituação dos termos "política" e "cultura" indicados, tem-se que no âmbito cultural:

. Cultura	produção-----	.oficina de produção e
	ensino-----	ensino
	documentação/pesquisa	museu comunitário
		biblioteca
	consumo/difusão -	auditório
		anfiteatro
		galeria de arte
		boxes de vendas

Nesse sentido, a proposta do "Núcleo" valoriza, por um lado, um sistema de produção/ensino cultural simultâneo, ou seja a produção é realizada por quem está aprendendo. Configura-se assim o espaço das oficinas, que trabalham com a produção cultural existente, acrescentando-se ainda novas formas de produção que são viáveis à proposta. (ver anexo - programa arquitetônico).

Nesse âmbito, vale ressaltar a oficina de culinária, que se configura na proposta de um restaurante de comidas típicas para o local.

Por outro lado, pretende-se um espaço coletor e difusor de toda a produção cultural da área - não somente restrita a produção do "Núcleo" - viabilizando ainda o intercâmbio com a produção cultural em termos gerais. Caracteriza-se então o espaço da pesquisa, documentação, consumo e difusão.

Com relação à documentação, trabalha-se a idéia do Museu Comunitário, conceito desenvolvido por Miriam Arroyo de

Experiência Mexicana, in: DMO-SP - "O Direito à Memória"
1992 (pp. 94-95)

Kerriou. 13

"O Museu Comunitário é um meio para preservar o patrimônio cultural (...) quem conserva é a própria gente (...). O museu é um espaço coletivo onde se reúne o que é de todos para o benefício e fruição de todos. É a comunidade quem decide o que se deve e o que lhe interessa conservar (...). Este museu é participativo e de autogestão. É a própria comunidade quem decide o que deve conter e como expressá-lo".

No âmbito político, tem-se;

. Política . Associação política - associações comunitárias

. Exercício da cidadania:

Direito à educação informal

Direito à comunicação

Direito à reivindicação

Direito à manifestações, etc.

Desenvolvendo, temos:

- . "Federação de associações do Mucuripe"
- . Area para reuniões entre as associações
- . Area para palestras (auditório/anfiteatro)
- . Rádio comunitária e jornal de bairro
- . área para manifestações - áreas livres

Trabalha-se com a proposta de uma "Federação de associações do Mucuripe", que funcionaria como fórum e ponto de conver-

13. KERRIOU, Miriam Arroyo de - "Museu, Patrimônio e Cultura: A Experiência Mexicana". In: SMC-SP - "O Direito à memória". 1992 (pp. 94-95)

gência das associações de moradores da região (ver figura 1 - área de maior influência e anexo - Lista com as associações comunitárias da área).

Funcionando integrado às associações de moradores, estas se encarregariam do trabalho de base com as respectivas comunidades no que tange ao exercício de cidadania (reivindicações locais, prestação de serviços, difusão de campanhas, etc.)

A proposta de implantação de uma rádio comunitária/jornal de bairro surge da necessidade de se viabilizar o direito à comunicação da população, funcionando como canais representativos perante a sociedade.

O auditório, como o anfiteatro, além de atenderem ao lado cultural, apresentam-se como áreas propícias à realização de palestras e debates com a comunidade e os órgãos públicos. Da mesma forma, determinadas áreas livres, a partir de um tratamento adequado de arborização e passeios, prestam-se à realização de manifestações públicas, reivindicações, etc.

O Programa Básico desenvolvido deve ser entendido como uma proposta embrionária, cuja idéia é a da expansão e da viabilidade de implantação em outras áreas da cidade.

Nesse sentido, somente o seu desenvolvimento na prática irá determinar a necessidade ou não de alterações ao programa.

(Ver anexos: programa arquitetônico e fichas de pré-dimensionamento de alguns ambientes).

Integração de espaços e áreas de encontro e permanência entre os dois espaços.

Tais áreas deixam de ter o sentido apenas de circulação e passam a se caracterizar como áreas de encontro e permanência (lazer ativo e passivo), estabelecendo um contato mais próximo

5. O PARTIDO

Parte-se então para a definição de um Partido Geral, que estabelecerá diretrizes gerais para uma proposta de implantação.

Baseia-se em três premissas básicas, definidas a partir da conceituação do tema e seu desenvolvimento:

. Valorização da vida em comunidade:

Trabalha-se com o espaço público como conjugação de espaços, abertos e fechados, voltados para, identificados com e produzidos pela comunidade.

Por outro lado, o "Núcleo Político-cultural" deve ter como valorizado e incentivado o uso pela população em geral, na medida em que ela conclui o "ciclo" da produção cultural através do consumo.

Deve caracterizar-se então como um espaço aberto e convidativo - "Arquitetura como construir o aberto"... João Cabral de Mello Neto - onde estejam identificados traços próprios do "viver em comunidade" (com unidade). "Redescobrir" o espaço público como local de convivência (vivência com).

. Conjugação espaço natural/espaco construído:

Decorrencia da premissa anterior, que se fundamenta na proposta paisagística do "Parque Ecológico Papicu/Maceió" e cuja integração ocorre a partir das áreas livres como pontos de fusão entre os dois espaços.

Tais áreas deixam de ter o sentido apenas de circulação e passam a se caracterizar como áreas de encontro e permanência (lazer ativo e passivo), estabelecendo um contato mais próximo

entre ser humano e meio ambiente.

"Estabelecamos com a natureza tropical um entendimento sensível de modo a podermos nela intervir com equilíbrio" 14.

. O "Núcleo" deve, assim, traduzir-se como elemento de composição com o entorno construído e o espaço natural, caracterizando-se como elemento de destaque, e não de conflito. Um espaço convidativo, e não inibidor.

A partir das premissas, define-se as seguintes diretrizes gerais que guiarão a proposta de implantação.

. Caracterização espacial que permita a integração do "Núcleo" à proposta do "Parque Ecológico", possibilite a sua continuidade e valorize a configuração do espaço natural da área.

. Permitir maior acessibilidade física e visual, especialmente às áreas de maior utilização pela população em geral.

. Caracterização espacial e utilização de sistemas construtivos e materiais que possibilitem ao "Núcleo" uma situação de destaque com relação ao entorno, sem se tornar conflitante.

. Tratando-se de uma proposta embrionária, deve trazer implícita a idéia de expansão.

. Melhor aproveitamento com relação às condições de conforto ambiental na área, em termos de insolação e ventilação predominante.

14. HOLLANDA, Armando de - "Roteiro para se construir no Nordeste" - 1976 (p. 39)

6. IMPLANTACAO

A partir de uma análise do Programa Básico proposto e das diretrizes estabelecidas com a definição do Partido, optou-se por uma "distribuição" do "Núcleo Político-Cultural" dentro do terreno, a partir dos setores definidos no Programa, ou seja:

- . Setor de Produção-Ensino/Organizacional/Administrativo
- . Setor de Pesquisa e Difusão
- . Setor de Vendas e Restaurante.

Os setores, com gabarito de 1 pavimento e o aproveitamento do relevo natural, obedecem a alinhamentos distintos, de acordo com as vias de acesso mais próximas.

Tal distribuição permite a locação de setores voltados para a população em geral em áreas de rápidos acessos físicos e visual, próximo à via de tráfego mais intenso (ver figura 4).

Por outro lado permite-se uma certa espontaneidade e uma maior fluência com o entorno (natural e construído), além de criar uma situação de frontalidade entre as edificações.

Tem-se assim a formação de conjunto, que possibilita a sua integração à proposta do "Parque Ecológico", englobando ainda o equipamento escolar existente em seu contexto.

Caracteriza-se então a formação do "Núcleo" (núcleo político-cultural e educacional) no "Parque", que pode e deve abrigar, como já foi dito, outros núcleos.

Como setores distintos mas interligados conceitualmente, apresentam configurações espaciais semelhantes a nível macro (nas relações com o entorno - o "Espaço Político-Cultural"), mas distintas quando analisadas entre si (o "espaço de produção", o "espaço de vendas", o "espaço de pesquisa", etc.)

. Setor de Pesquisa e Difusão: (Ver Figura 5)

Pensado como o setor que marca o acesso principal ao "núcleo", apresenta o volume do auditório como elemento de destaque dentro do conjunto.

Sua disposição com relação ao bloco principal permite a formação de um "hall" que dá acesso à galeria de arte e ao museu. Tem-se pela circulação o acesso à coordenação/apoio e à biblioteca.

A disposição leva à formação de três pátios: o primeiro, voltando para a via de acesso principal, funciona como pátio interno, resguardando os "fundos" do setor e protegendo a fachada de maiores problemas com insolação. O segundo, formando entre o conjunto da escola e a biblioteca, funciona como um espaço reservado onde podem ser realizadas leituras "ao ar livre". O terceiro, principal, estabelece a relação do setor com o conjunto do "Parque Ecológico", onde podem ocorrer exposições de arte, etc.

. Setor de Restaurante e Vendas (Ver figura 6)

Conjunto formado pela área de restaurante integrada à área de vendas. Sua localização visa, como o setor de pesquisa e difusão, permitir um melhor acesso visual e físico, de forma a atrair a população em geral à área.

Configura-se a partir da implantação dos boxes de vendas em quiosques - facilitando a sua expansão - onde o restaurante apresenta-se como continuidade destes, caracterizando a área como de consumo. O conjunto apóia-se no bloco que abriga a coordenação do setor e a área de serviços.

As áreas livres foram pensadas de modo a formar uma praça no entorno dos quiosques - atraindo assim o público para a área de consumo - caracterizando a continuidade entre ambos.

. Setor de Produção, Organizacional e Administrativo:

(ver figura 7)

Caracterizando-se como um setor voltado mais especificamente para comunidade local, optou-se por sua implantação mais ao interior do terreno, com acesso por vias de tráfego reduzido.

A partir das relocalizações feitas, com a retirada das famílias situadas no trecho da R. Alvaro de Castro Correia (ver figura-3), permitiu-se uma maior integração com o restante do conjunto.

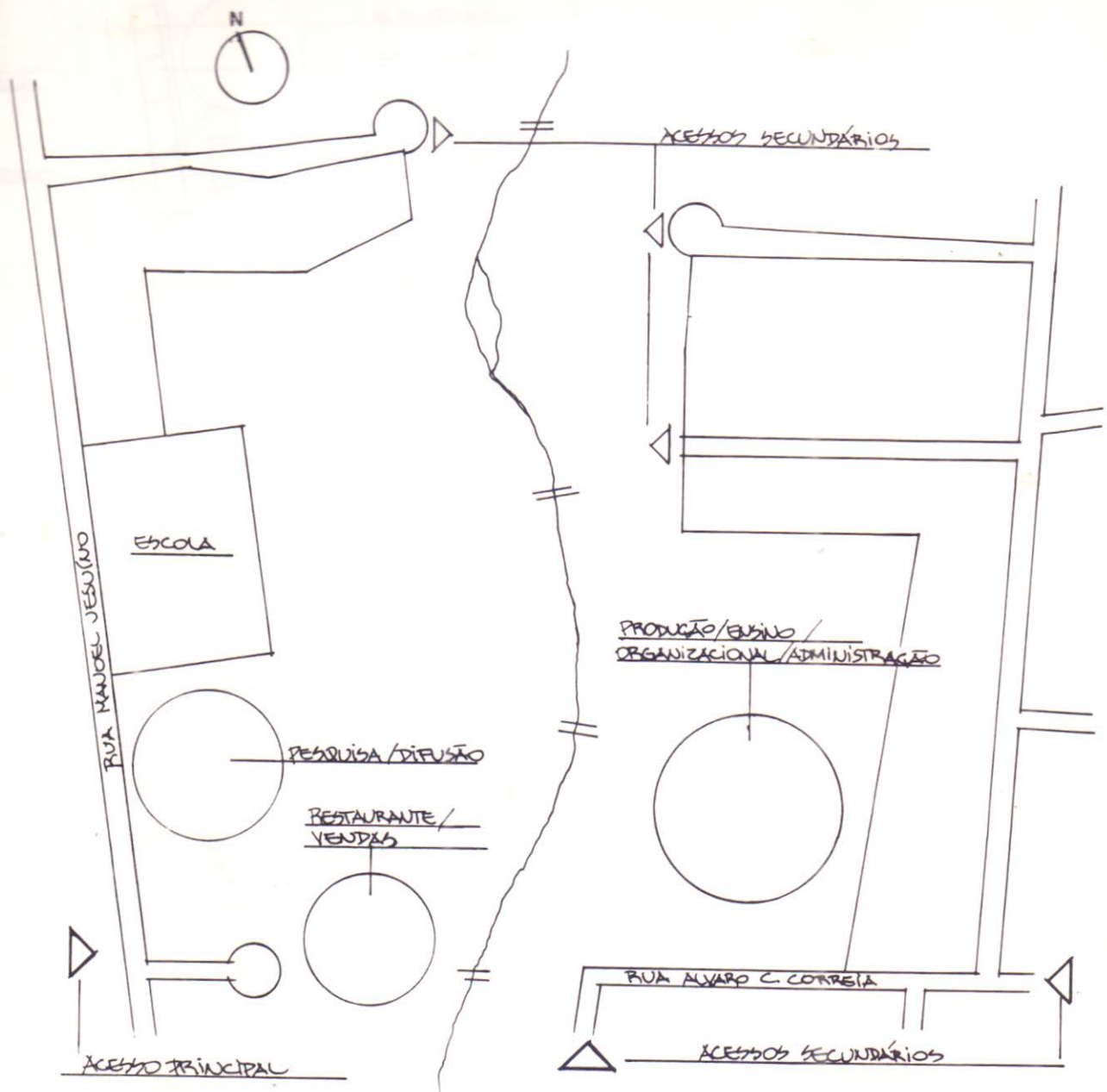
Optou-se por uma distribuição de modo a localizar a Administração do Núcleo mais próxima da via de acesso, ficando a área de oficinas mais resguardada e as áreas organizacional e de apoio como ligação entre as duas.

A configuração do terreno - fundos de quintais, e a orientação com relação à ventilação e insolação, levou à formação de áreas livres (afastamentos) entre a edificação e a linha de muro, de forma a permitir o aproveitamento da ventilação dominante.

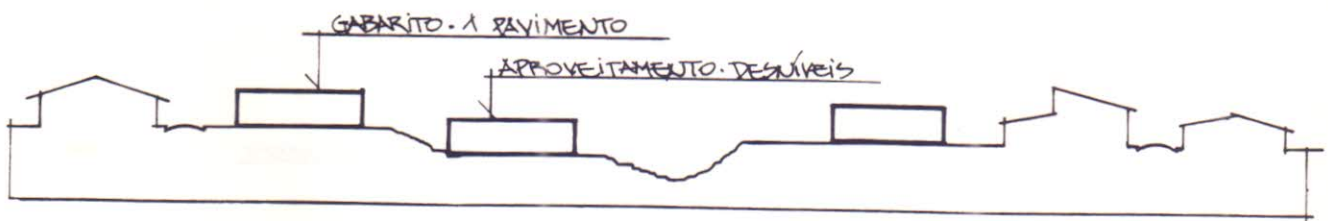
Tais áreas caracterizam-se, então, como uma extensão "ao ar livre" das oficinas, reservadas a estas.

Já na Administração o afastamento é aproveitado como pátio para a sala de reuniões, funcionando ainda como acesso de serviços para abastecimento do setor de apoio (cantina, depósitos).

A disposição do setor organizacional permitiu a formação de duas praças, que estabelecem a fusão ao contexto do "parque", tendo o anfiteatro entre si. Tem-se então o espaço das manifestações e reivindicações.



PLANTA BAIXA · FIG. 4 A



CORTE TRANSVERSAL · FIG 4 B

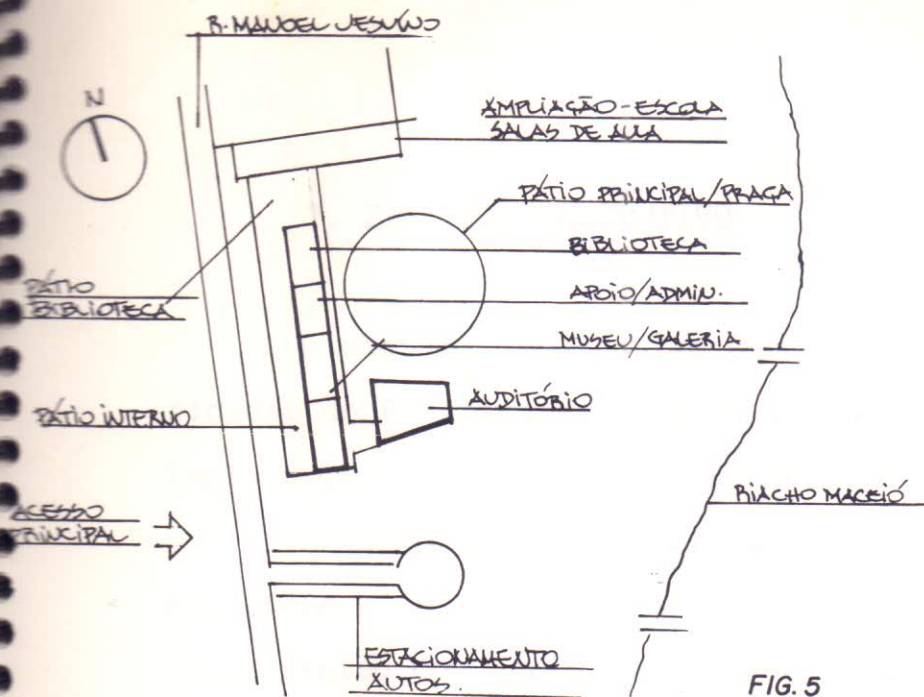


FIG. 5

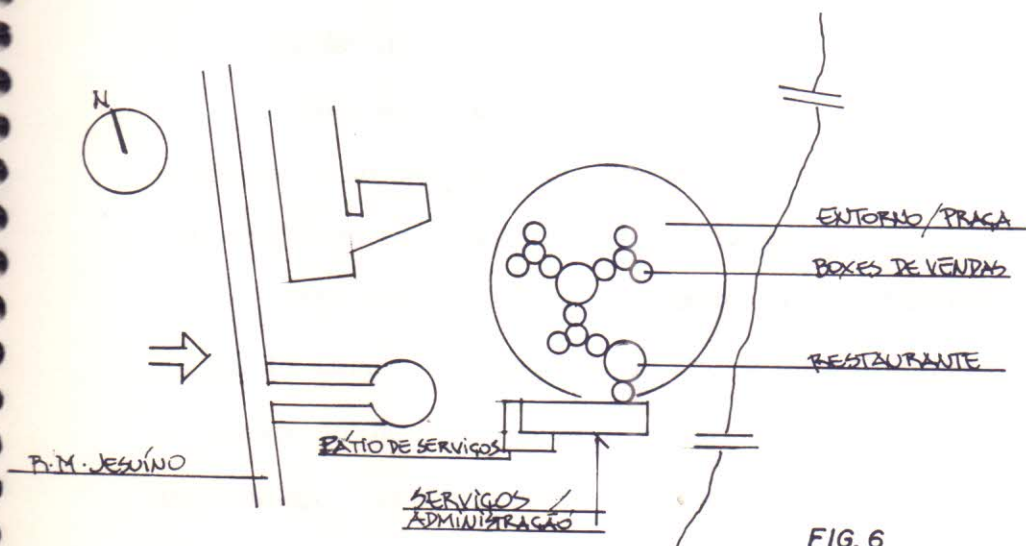
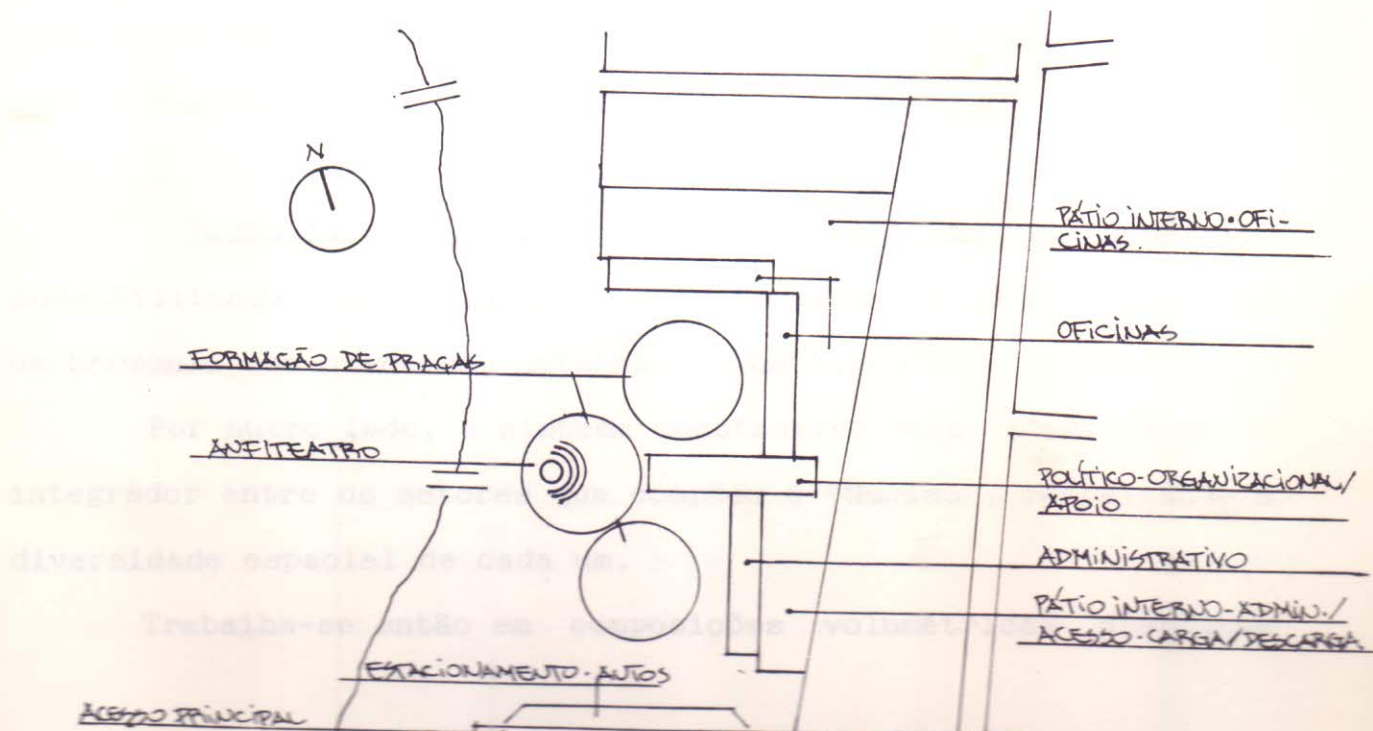


FIG. 6



7. SISTEMA CONSTRUTIVO

O sistema construtivo adotado, pensado a partir das necessidades do Programa Básico, do Partido Geral e da proposta de Implantação, fundamenta-se nas seguintes diretrizes.

. O "construir do Nordeste": como forma de apropriação eficiente e, por que não dizer, saudável de nosso espaço. Trabalha-se então com sistemas que permitam a otimização das condições de conforto ambiental, criando condições de sombreamento nas áreas de maior insolação e melhor aproveitamento da ventilação e iluminação naturais.

Faz-se uso, assim, dos amplos beirais, das circulações cobertas, dos panos de vedação por combogós e do sistema de "sheds", entre outros (ver figura 8).

Nas palavras de Armando de Hollanda¹⁵ "Trabalhemos no sentido de uma arquitetura livre e espontânea, que seja clara expressão de nossa cultura e revele um sensível apropriação de nosso espaço; trabalhemos no sentido de uma arquitetura sombreada, aberta, contínua, vigorosa, acolhedora e envolvente, que, ao nos colocar em harmonia com o ambiente tropical, nos incite a viver nele integralmente."

. Fluência com o entorno/caracterização de um conjunto: possibilitando a sua existência como um elemento de destaque, mas em harmonia com o entorno natural e construído.

Por outro lado, o sistema construtivo deve atuar como o integrador entre os setores que compõem o "Núcleo", respeitando a diversidade espacial de cada um.

Trabalha-se então em composições volumétricas distintas

15. HOLLANDA, Armando de - op. cit. (p. 43)

desenvolvidas a partir do mesmo sistema construtivo e estrutural e dos mesmos materiais (ver figura 9).

. Possibilidade de expansão:

Trabalhando-se com a idéia de uma futura ampliação no "Núcleo", o sistema construtivo deve ser trabalhado em termos de sua padronização, que irá refletir-se na padronização do sistema estrutural e dos materiais construtivos.

Isso não implica em sua mera repetição, mas sim, a partir de um único sistema, várias combinações.

A padronização do sistema construtivo reflete-se na racionalização do espaço, cuja flexibilidade passa a ocorrer a partir de uma modulação básica, viabilizando uma possibilidade de expansão e racionalizando o processo construtivo. (ver figura - 10).

"Desenvolvamos componentes padronizados que possuam amplas possibilidades combinatórias; exploremos estas possibilidades para que, a partir de simples relações construtivas, venhamos a obter ricas relações espaciais."¹⁶

. Economia nos custos/aproveitamento da mão-de-obra local:

O desenvolvimento de uma sistema padronizado possibilita, pela repetição do processo construtivo e sua racionalização, uma economia nos custos da construção.

Tratando-se de uma obra de cunho público e contando-se com a escassez de recursos para sua execução, tais itens tornam-se de relevante importância.

Por outro lado, a simplicidade construtiva e a utilização de sistemas comumente trabalhados na região, possibilitam e viabilizam o aproveitamento de uma mão-de-obra local, inclusive como

16. HOLLANDA, Armando de - op. cit. (p. 38)

fator gerador de renda na área.

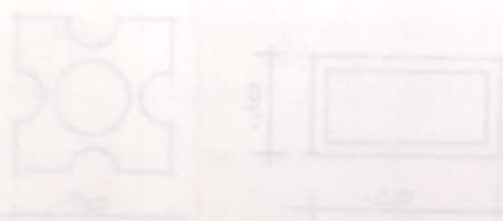
7.1- SISTEMA ESTRUTURAL

A partir das diretrizes para o sistema construtivo, define-se a utilização de um sistema estrutural misto, em madeira e concreto. Sistema de tesouras comuns em madeira apoiadas por pilares em concreto e contraventadas entre si.

A utilização da madeira na composição do sistema possibilita a sua flexibilidade e a formação de combinações diversas (ver figura-9).

O dimensionamento do módulo baseia-se na conformação com o dimensionamento otimizado dos ambientes (ver anexo fichas de pré-dimensionamento de ambientes) e nas potencialidades do sistema estrutural adotado. Define-se então uma modulação de 3.20m, com tesouras vencendo vãos variados, de acordo com a otimização do espaço em cada setor. (ver figura-10).

O sistema ganha acabamento em cores nos elementos em concreto, diferenciando cada setor ao mesmo tempo em que enfatiza a idéia de conjunto.



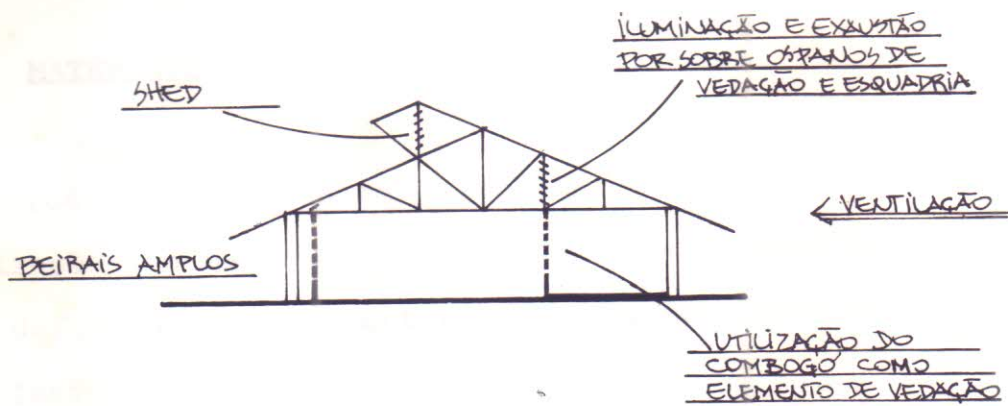


FIG. 8

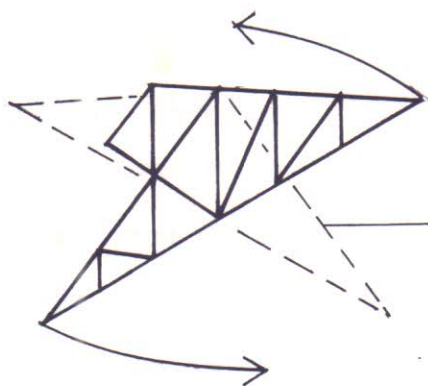


FIG. 9

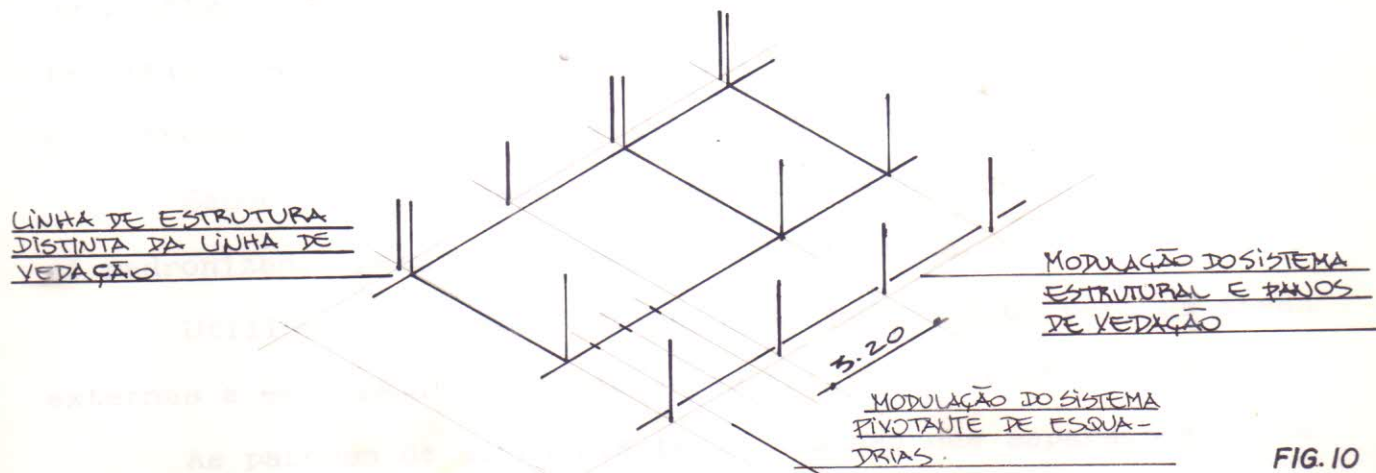
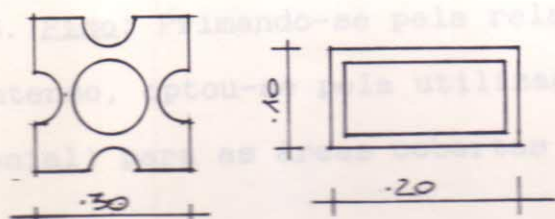


FIG. 10



DESENHOS PARA COMBOGOS EM CERÂMICA E CONCRETO PRÉ-MOLDADO.

FIG. 11

8. MATERIAIS

A opção pela padronização do sistema construtivo pressupõe a padronização dos materiais utilizados, que seguem as mesmas diretrizes definidas no item anterior, primando ainda pela durabilidade e facilidade de manutenção.

Nesse sentido, temos:

Cobertura: utiliza-se a cobertura em telha de barro tipo colonial, pela identificação que se obtém com o entorno construído e pela maleabilidade que permite ao desenvolvimento do sistema construtivo. Sua utilização viabiliza ainda uma fácil manutenção, com a reposição de uma ou poucas unidades.

Por outro lado por permitir uma proteção mais eficiente contra a irradiação solar, pode ser trabalhada aparente, prescindindo da utilização de forros isolantes.

Vedações: A. Paredes: Valoriza-se a utilização dos combogós (ou cobogós) em contraposição às paredes fechadas como forma de possibilitar maior aproveitamento da iluminação e ventilação naturais, sem com isso prescindir de um ambiente resguardado, com a obstrução parcial da visão. (ver figura-10).

Sendo pré-fabricado, o combogó, como o tijolo, já é por si só padronizado, permitindo composições variadas.

Utiliza-se o combogó em concreto pré-moldado para as áreas externas e em cerâmica nos ambientes internos. (ver figura-11).

As paredes de alvenaria têm o seu uso nas separações entre ambientes, áreas nas privativas e às que se fazem necessárias pela passagem de dutos de instalações. Recebem acabamento com reboco e pintura, e cerâmica nas "áreas molhadas".

B. Piso: Primando-se pela relação custo x resistência a um fluxo intenso, optou-se pela utilização de cerâmica comum (lajotão colonial) para as áreas cobertas (ambientes internos e circu-

9. PLANO DE EXECUÇÃO

A proposta de implantação do "Núcleo", definida a partir de prioridades para execução, ocorre com as seguintes etapas:

1ª Etapa: Consiste nas relocações. Nesse sentido, deve ser realizado inicialmente um trabalho de conscientização das famílias sobre o motivo e a necessidade das remoções, explanando sobre a proposta e suas etapas de execução. Parte-se então para sua concretização, a partir do parcelamento do solo e da construção das casas.

Evita-se dessa forma uma relocação conflituosa, que acabe por gerar na comunidade uma antipatia pela proposta.

2ª Etapa: Construção do "Núcleo Político-Cultural" propriamente dito e início da reforma na escola existente, a partir da implantação dos novos equipamentos (ver anexo - Programa Arquitetônico).

3ª Etapa: Concretização do "Parque Ecológico" na área no "Núcleo", a partir das modificações propostas no "Plano de Intervenção". (Ver item 3).

4ª Etapa: Conclusão da reforma na escola Pe. José Nilson, com a redefinição dos espaços internos, reparos gerais, etc.

A construção se daria por um processo de "Auto-Gestão", conceito definido por Nabil Bonduki, em seu livro "Habitação e Autogestão" (1992 - Ed. fase). A própria comunidade determina a condução do processo e o executa (com auxílio de assessoria técnica) com o aproveitamento da mão-de-obra local através do regime de mutirão remunerado, onde o trabalhador não fique espoliado do pagamento por sua força de trabalho.

Segundo Bonduki ¹⁷ "A luta pela autogestão (...) inserese

17. BONDUKI, NABIL - "Habitação e Autogestão" - 1992 (p.31)

num quadro mais geral, como instrumento essencial na construção de uma democracia capaz de assegurar aos cidadãos (...) canais de participação popular descentralizadores de poder e modos de gestão pública não-estatal".

Os recursos financeiros para a execução podem vir dos poderes públicos (Prefeitura Municipal ou Governo do Estado), com o apoio de entidades não-governamentais e fundações, nacionais ou estrangeiras. A fiscalização na gestão dos recursos poderia ocorrer por forma de auditorias.

Como geração de renda para o seu funcionamento, além da produção interna, o "Núcleo" atuaria como centro de difusão e vendas da produção cultural da área como todo. Por outro lado, deve ser viabilizada a utilização de seus espaços, por aluguel, por entidades públicas ou particulares, para realização de eventos, shows, comícios, etc.

CONCLUSÃO

Entende-se a proposta do "Núcleo Político-Cultural" como inicial e embrionária, estando em aberto, com o seu desenvolvimento, a possibilidade de alterações em seu conteúdo programático. Pretende-se, assim, estabelecer com a comunidade um processo de co-participação nas decisões e na "moldagem" da proposta.

No entanto, deve-se ter mente o "Parque Ecológico" e a idéia do "Núcleo Político-Cultural" como um dos núcleos dessa proposta. Nesse sentido, outros, voltados a outros temas, devem surgir formando o contexto físico-espacial do "Parque".

Por outro lado, configurando-se como integrada ao conceito de "Gestão Participativa" por administrações regionais (PDDU - FOR - 1992), viabiliza-se a sua implantação em outras áreas da cidade. Nesse sentido devem ser consideradas as especificidades de cada bairro e, em conseqüência, as possíveis e prováveis reformulações no programa arquitetônico e na configuração espacial.

"É preciso que a cultura esteja embutida na educação e que a educação se faça com arte. Só assim se tem educação. Com outro modo é apenas ensino." (T.Coelho, "Usos da Cultura", 1986 p.122)

"O que há bastante, na cultura do povo, é sentido de vida (...) É assim que a vida se transforma em liberdade. É assim que se movimentam as gentes e as coisas, as idéias e as criações. Transformadas em liberdade, a vida funda a cultura, a inventiva, o milagre da criação." (Octávio Ianni, "Cultura Popular" in. Revista do Patrimônio Histórico, nº 22/1987, p.32)

1. LIVROS E TEXTOS

- ARANTES, A.A. - "O que é Cal" - Coleção - 1982
pessoas - 142 edic. 4.
- BONDURI, Nelson -
ritador
- CASTELO, P. -
Ref. -
- CARF. M. -
O que é

BIBLIOGRAFIA

1. LIVROS E TEXTOS

- ARANTES, A.A. - "O que é Cultura Popular" - Coleção Primeiros passos - 14ª edição - SP - Editora Brasiliense - 1990.
- BONDUKI, Nabil - "Habitação e Autogestão, Construindo nos Territórios da Utopia" - RJ - Ed. Fase - 1992.
- CASTELO, Roberto - "Sobre a Importação Tecnológica" - CE - S. Ref. - 1990.
- CHAUI, Marilena - "Discurso de posse na Secretaria Municipal de Cultura - SP e Diretrizes" - SMC/SP - 1990.
- _____; CANDIDO, Antônio; ABRAMO, Lelia; MOSTAÇO, Edécio - "Política Cultural" - Série Tempo de Pensar - Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto - S/D.
- COELHO, Teixeira - "Usos da Cultura - Política de Ação Cultural" - Coleção Educação e Comunicação - RJ - Editora Paz e Terra S/A - 1986.
- COSTA, Lúcio - "Razões da Nova Arquitetura" - In: Arte em Revista, ano 2, nº4 - Agosto 1980 (p. 15-23).
- DUARTE Jr., Romeu - "Fortaleza, Cidade e Arquitetura - Uma Leitura" - Texto para palestra em simpósio: "Arquitetura Cearense: Nove visões" - CE - 1993.
- _____ - "Apropriação e Transformação da Herança Cultural na Formação do Arquiteto e Urbanista" - Texto à Comissão Executiva do Erea - CE - 1994.
- FERRARI, Célson - "Curso de Planejamento Municipal Integrado" - 7ª edição - SP - Livraria Pioneira Editora - 1991 (pp. 417-427).
- FERRO, Sérgio - "Arquitetura Nova" - In: Arte em Revista, ano 2, nº4 - Agosto 1980 (pp. 89-94).
- HOLLANDA, Armando De - "Roteiro para construir no Nordeste" - Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE - Recife, 1976.
- IAB-CE/ADUFC - "Carta de Fortaleza - Uma Cidade em Questão- CE- Expressão Gráfica e Editora - 1992.
- MAAR, Wolfgang Leo - "O que é Política" - Coleção Primeiros Passos - 3ª edição - Editora Brasiliense - SP - 1983.
- MACINTYRE, Archibald Joseph - "Instalações Hidráulicas" - 2ª edição - RJ - Ed. Guanabara - 1988. (pp. 14-16).
- MONTENEGRO, Gildo A. - "Ventilação e Cobertas" - SP - Ed. Edgard Blucher Ltda - 1984.
- MOORE, J.E. - "Design for Good Acoustics" - Fribra - S/D - Tradução livre destinada à consulta por: LUNA, Marcílio Dias De CE - 1990.
- NEUFERT, Ernest - "Arte de Projetar em Arquitetura" - 6ª edição - RJ - Ed. Gustavo Gili S/A - 1978 (pp. 244-264).

- REQUIXA, Renato - "As Dimensões do Lazer" - SP - Serviço Social do Comércio - 1974.
- SMC - SP - "O Direito à Memória - Patrimônio Histórico e Cidadania" - SP - 1992.
- TELLES, Sophia - "Lúcio Costa - Monumentalidade e Intimismo" - In: Novos Estudos CEBRAP, nº 25 - SP - 1989 (pp. 75-94)
- ZEVI, Bruno - "Saber Ver a Arquitetura" - 2ª edição - SP - Livraria Martins Fontes Editora - 1989.

2- ARTIGOS DE JORNAIS, REVISTAS, PALESTRAS, CURSOS, LEIS, ETC

- CHAUÍ, Marilena - "Política e Cultura Democráticas" In Jornal Folha de São Paulo - 16/06/1990.
- _____ - "Arcaísmos no Brasil Novo" - S/REF.
- Curso de Ergonomia - apostila com dados antropométricos - Ce 1991.
- IMOPEC - Boletim Informativo: Raízes - "Mucuripe Defende Patrimônio Ambiental, ano 2, Nº 08 - out/dez - 1993.
- JABOR, Arnaldo - "Por Uma Reforma Econômica da Arte" - in: Jornal Folha de São Paulo - 05/05/1990.
- Jornal O POVO - Suplemento: O Povo nos Bairros - "Mucuripe" - 17/07/1993.
- Lei Orgânica do Município de Fortaleza - Título V - Capítulo IV - "Da Educação e Cultura" - Câmara Municipal de Fortaleza - 1990 (pp.78-85).
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU-For) - Lei nº 7061 - 16/01/1992 - Câmara Municipal de Fortaleza - 1992.
- MENEZES, Ulpiano B. de - "Patrimônio Cultural - Memória e Identidade" - transcrição de conferência realizada durante o simpósio "Fortaleza Vários Olhares" - CE - 1993.
- ORTIZ, Renato - "Cidade, Cultura e Arte" - transcrição de conferência realizada durante o simpósio: "Fortaleza Vários Olhares" - CE - 1993.
- Planejamento Urbano e Regional 1 (92.2) - Diagnóstico urbano realizado na área do riacho Maceió - Mucuripe" - UFC - Arquitetura e Urbanismo - 1992.
- Planejamento Urbano e Regional 2 (93.1) - "Proposta de Intervenção Urbana - Parque Ecológico Riachos Maceió/ Papicu - Mucuripe" - UFC - Arquitetura e Urbanismo - 1993.
- Revista do Patrimônio - SPHAN/ PRO-MEMORIA - "Estado e Cultura", nº 22 - 1987 (pp.6-35)
- SOUZA, Herbert de - "Cultura e Democracia" - in: Jornal do Brasil - 09/03/1990.

ANEXOS

SEGUEM ANEXOS:

1. PROGRAMA ARQUITETONICO
2. Fichas de pré-dimensionamento dos seguintes ambientes:
 - . Auditório
 - . Galeria de arte
 - . Biblioteca
 - . Oficina de tear redes
 - . Oficina de costura
 - . Boxe de vendas
 - . Cozinha do restaurante
3. Lista com as associações comunitárias dentro da área de influência.
4. Cronograma
5. Relatório - Síntese do diagnóstico urbano da área do riacho Maceió, realizado durante a disciplina de Planejamento Urbano e Regional 1 (período 1992.2). Equipe de elaboração:
 - . Gustavo B.N. Costa
 - . José Porto Justa
 - . Marcus Vinícius S. Magalhães
 - . Ticiane Gadelha Ponte
6. Proposta de intervenção urbana - Parque Ecológico Maceió/Papicu - Memorial Justificativo/Descritivo anteprojeto - Desenvolvido durante a disciplina de Planejamento Urbano e Regional 2 (período 1993.1). Equipe de elaboração:
 - . Gustavo B. N. Costa
 - . João Crisóstomo M. Moreira
 - . Jorge Antônio C. Moura
 - . José de Assis S. Menezes

1. PROGRAMA ARQUITETONICO

. SETOR DE PRODUCAO/ORGANIZACIONAL/ADMINISTRATIVO/APOIO-AREA (M²)

. OFICINAS COM DEPOSITO:

. Material de pesca -----	52.8
. Costura-----	35.2
. Tear de redes-----	52.8
. Renda de labirinto-----	35.2
. Artesanato com barro-----	35.2
. Artesanato com madeira-----	35.2
. Materiais recicláveis e reciclagem de papéis-----	35.2
. Pintura e desenho-----	52.8
. Serigrafia-----	35.2
. Teatro e danças-----	52.8
. Música-----	35.2
. Restauro de peças artísticas-----	35.2

. RADIO COMUNITARIA/JORNAL DE BAIRRO:

. Recepção-----	10.0
. Acervo-----	7.6
. Redação-----	17.6
. Ante-câmara-----	2.6
. Audio-----	3.0
. Estúdio de gravação.-----	12.0

. FEDERAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES:

. Sala-----	17.6
. Sala de reuniões-----	35.2

. ANFITEATRO (140 pessoas)-----(*) 120.0

. ADMINISTRAÇÃO:

. Coordenação geral com recepção e WC-----	31.2
. Secretaria com arquivo morto-----	4.0
. mecanografia/datilografia/xerox-----	17.6
. Almoxarifado-----	17.6
. Coordenação do setor de oficinas.-----	17.6

. APOIO:

. Cantina com refeitório-----	88.0
. Wc's/vestiários-----	35.2
. Dormitório para zelador-----	17.6
. Depósito para materiais-----	8.8
. Depósito de materiais de limpeza-----	8.8
. Caixa d'água/ depósito-----	8.0

. CIRCULAÇÕES----- 467.5

AREA TOTAL DO SETOR 1284.9

SETOR DE VENDAS E RESTAURANTEAREAS (M²)RESTAURANTE:

. Area de mesas (90 mesas)-----	130.0
. Cozinha/balcão-----	45.0
. Depósito de alimentos-----	6.0
. Depósito de materiais (2)-----	6.0
. Vestiários-----	32.0
. Depósito de gás-----	3.0
. Depósito de lixo-----	3.0
. WC'S-----	19.2
. Caixa d'água/depósito-----	2.0
. BOXES DE VENDAS (13)-----	98.0
. COORDENAÇÃO-----	15.0
. CIRCULAÇÕES-----	230.0

AREA TOTAL DO SETOR----- 593.2SETOR DE PESQUISA E DIFUSAOAREAS (M²)

. GALERIA DE ARTE COM RECEPÇÃO-----	99.4
. Depósito de materiais -----	3.0
. Depósito de material audiovisual -----	3.0
. MUSEU COMUNITARIO-----	99.4
. BIBLIOTECA (3000 LIVROS)-----	76.8
. COORDENAÇÃO-----	16.0
. WC'S-----	32.0
. COPA-----	16.0
. CAIXA D'AGUA/DEPOSITO-----	2.0
. AUDITORIO COM: CAMARIM, WC, DEPOSITO(200 PESSOAS)---	210.0
. CIRCULAÇÕES/ HALL DE ENTRADA-----	350.0

AREA TOTAL DO SETOR----- 911.6AREA TOTAL DO CONJUNTO----- 2787.7AMPLIAÇÃO-EQUIPAMENTO ESCOLAR EXISTENTE (* *)

. Salas de aula (4)-----	140.8
. Depósito de materiais-----	17.6
. Cantina-----	10.0
. Quadras polivalentes c/ arquibancada (2)----- 2*25.0 *21.0	
. Vestiário c/ depósito-----	45.0
. Campo de futebol c/ arquibancada----- 55.0*45.0	

* NAO CONTA COMO AREA CONSTRUIDA.

** AREAS A NIVEL DE PROPOSIÇÃO.

PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE	ESPAÇO POLÍTICO-CULTURAL	EDIFÍCIO	SETOR DE PESQUISA/DIFUSÃO
---------	--------------------------	----------	---------------------------

1- AMBIENTE	AUDITÓRIO	2- QUANTIDADE	01
-------------	-----------	---------------	----

3- NATUREZA DAS ATIVIDADES PALESTRAS, CONFERÊNCIAS, SHOWS, ETC	4- RELAÇÕES PRINCIPAIS GALERIA DE ARTE MUSEU WC'S
---	--

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES			210 M ²
5.2	EVENTUAIS	200	1.05 M ²	

6- RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1- CONDIÇÕES AMBIENTAIS					
VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO		TRATAMENTO ACÚSTICO	
NATURAL	☒	NATURAL	☒	PISO	
ARTIFICIAL	☐	ARTIFICIAL	☒	PAREDE	
		NATURAL CONTROLADA	☐	TETO	
				JANELAS	

6.2- INSTALAÇÕES									
ELÉTRICAS				HIDRÁULICAS				TELEFÔNICAS	
CIRCUITO EMERGÊNCIA				ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS	
TERRA				FRIA	☒	COMUM	☒	RAMAL	
INCANDESCENTE				QUENTE		ÁCIDO		DIRETO	
FLUORESCENTE				REFRIGERADA		OLEOSO			
ESPECIAL				DESTILADA		SOLÚVEL			
TOMADAS	PISO	PAREDE	TETO			RADIOATIVO			
MONOFÁSICA	☒					SOLVENTE			
BIFÁSICA									
TRIFÁSICA									

6.3- ASPECTOS ARQUITETÔNICOS	
EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
PÉ DIREITO	
FUNDAÇÕES	
REVESTIMENTO PISO	
REVESTIMENTO PAREDE	
REVESTIMENTO TETO	
VÃO LIVRE	
VÃO ABERTO	
OUTROS	

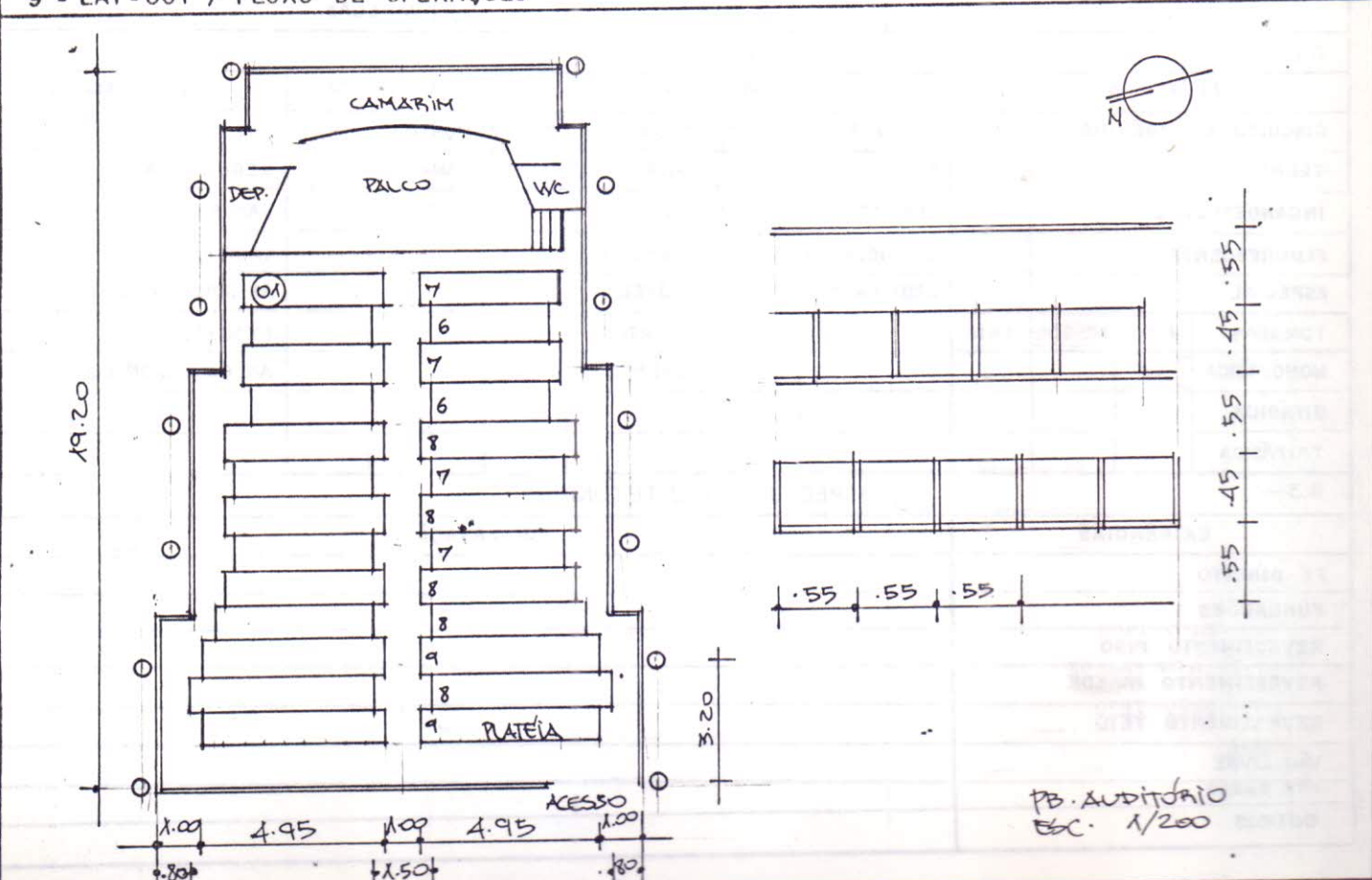
DISCRIMINAÇÃO	QUANT	PO
---------------	-------	----

[illegible]

CRIMINAÇÃO

[illegible]

OPERAÇÕES



PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE ESPAÇO POLÍTIPOCULTURAL EDIFÍCIO SETOR DE PESQUISA / DIFUSÃO

1 - AMBIENTE GALERIA DE ARTE 2 - QUANTIDADE 01

3 - NATUREZA DAS ATIVIDADES <u>EXPOSIÇÕES EM GERAL</u>	4 - RELAÇÕES PRINCIPAIS <u>MUSEU</u> <u>AUDITÓRIO</u> <u>COORDENAÇÃO</u> <u>WC'S</u> <u>DEPÓSITO P/ PAINÉIS</u> <u>DEPÓSITO MATERIAL AUDIOVISUAL</u>
---	--

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES	<u>1</u>		<u>104.0m²</u>
5.2	EVENTUAIS	<u>MÉDIA + 60</u>		

6 - RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1 - CONDIÇÕES AMBIENTAIS

VENTILAÇÃO	ILUMINAÇÃO	TRATAMENTO ACÚSTICO
NATURAL	☒ NATURAL	☒ PISO
ARTIFICIAL	☒ ARTIFICIAL	☒ PAREDE
	☐ NATURAL CONTROLADA	☐ TETO
		☐ JANELAS

6.2 - INSTALAÇÕES

ELÉTRICAS	HIDRÁULICAS	TELEFÔNICAS	ESPECIAIS
CIRCUITO EMERGÊNCIA	ÁGUA	PONTOS	GÁS
TERRA	FRIA	ESGOTO	SEGURANÇA
INCANDESCENTE	QUENTE	PONTOS	VAPOR
FLUORESCENTE	REFRIGERADA	RAMAL	VÁCUO
ESPECIAL	DESTILADA	DIRETO	AR COMPRIMIDO
TOMADAS			EXAUSTOR
MONOFÁSICA			AR CONDICIONADO
BIFÁSICA			
TRIFÁSICA			

6.3 - ASPECTOS ARQUITETÔNICOS

EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
PÉ DIREITO	
FUNDAÇÕES	
REVESTIMENTO PISO	
REVESTIMENTO PAREDE	
REVESTIMENTO TETO	
VÃO LIVRE	
VÃO PORTA	
OUTROS	

[illegible][illegible]

Hand-drawn architectural floor plan of a gallery space. The plan shows a central rectangular area labeled "EXPOSIÇÕES" (Exhibitions). To the left is a circular area labeled "RECEPÇÃO" (Reception) and a rectangular area labeled "AUDIOVISUAL" and "MATERIAIS". Below the central area is a long horizontal strip labeled "PAINEL P/ EXPOSIÇÕES c/ SLIDES" (Panel for Exhibitions with Slides). The top and bottom walls are marked with diagonal lines, indicating windows or doors. The right wall has a vertical dimension line with markings at 1.75, 1.5, 1.5, 1.5, 1.5, 1.75, and a total of 8.00. The bottom wall has a horizontal dimension line with markings at 3.20 and 3.20. A north arrow is located in the top right corner. The text "CORREDOR ENT./SAÍDA" (Entrance/Exit Corridor) is written at the top. The text "PB. GALERIA DE ARTE ESC." (Art Gallery Staircase) is written at the bottom right.

PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE	ESPAÇO POLÍTICO-CULTURAL	EDIFÍCIO	SETOR DE PESQUISA / DIFUSÃO
1- AMBIENTE	BIBLIOTECA	2- QUANTIDADE	01

3- NATUREZA DAS ATIVIDADES PESQUISA E LEITURA DE LIVROS	4- RELAÇÕES PRINCIPAIS MUSEU EDIFÍCIO ESCOLAR WC'S PÁLIO P/ LEITURA
--	---

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES	01		76.8 M ²
5.2	EVENTUAIS	20 SENTADOS NO AMBIENTE INTERNO		

6- RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1- CONDIÇÕES AMBIENTAIS					
VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO		TRATAMENTO ACÚSTICO	
NATURAL	☒	NATURAL	☒	PISO	
ARTIFICIAL		ARTIFICIAL	☒	PAREDE	
		NATURAL CONTROLADA		TETO	
				JANELAS	

6.2- INSTALAÇÕES											
ELÉTRICAS				HIDRÁULICAS				TELEFÔNICAS		ESPECIAIS	
CIRCUITO EMERGÊNCIA				ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS		GÁS	
TERRA				FRIA		COMUM		RAMAL		SEGURANÇA	
INCANDESCENTE				QUENTE		ÁCIDO		DIRETO		VAPOR	
FLUORESCENTE				REFRIGERADA		OLEOSO				VÁCUO	
ESPECIAL				DESTILADA		SOLÚVEL				AR COMPRIMIDO	
TONADAS	PISO	PAREDE	TETO			RADIOATIVO				EXAUSTOR	
MONOFÁSICA						SOLVENTE				AR CONDICIONADO	
DIFÁSICA											
TRIFÁSICA											

6.3- ASPECTOS ARQUITETÔNICOS	
EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
PÉ DIREITO	
FUNDAÇÕES	
REVESTIMENTO PISO	
REVESTIMENTO PAREDE	
REVESTIMENTO TETO	
VÃO LIVRE	
VÃO PORTA	
OUTROS	ACERVO DE 3000 LIVROS

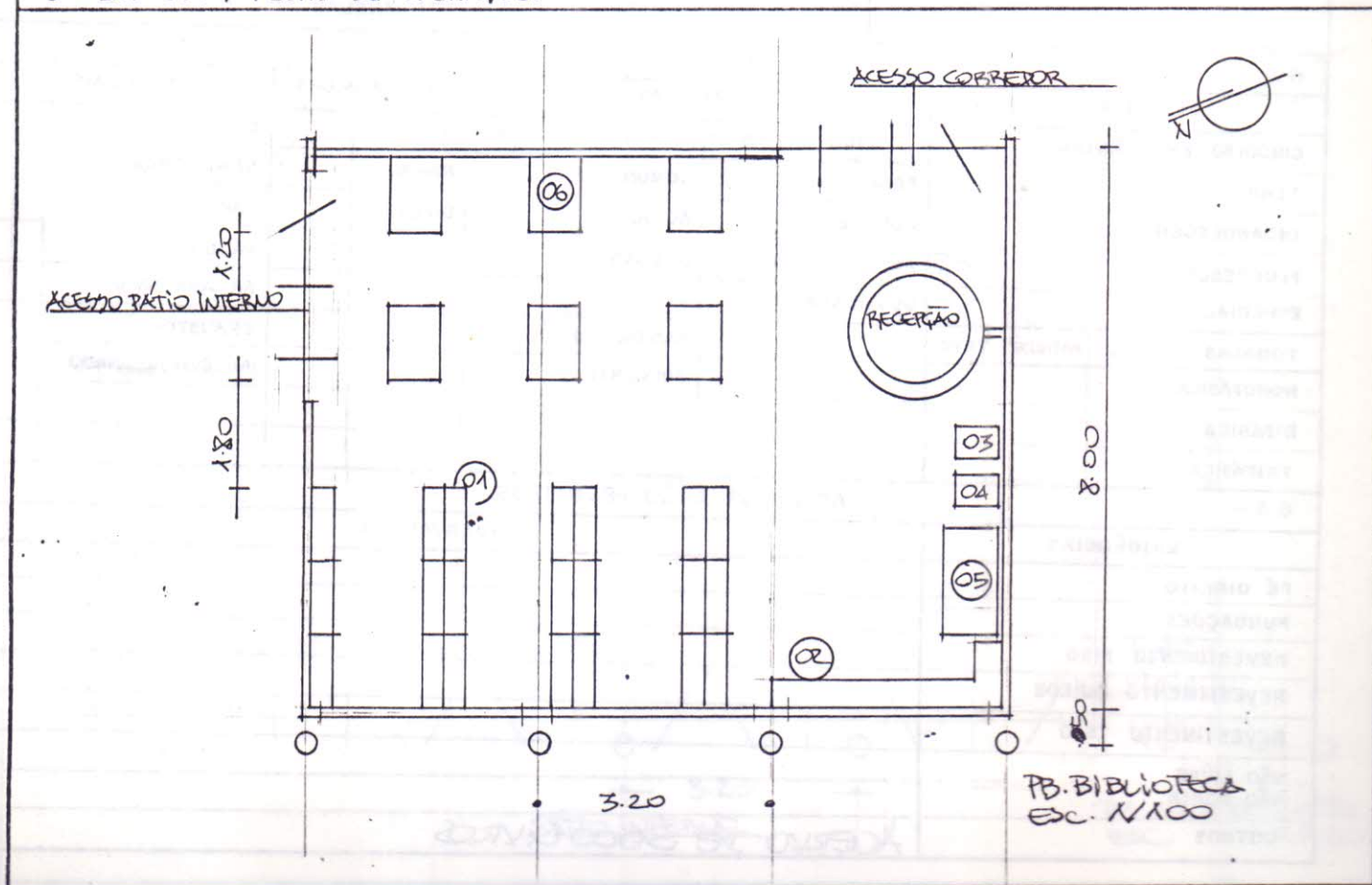
7 - EQUIPAMENTOS

[illegible]

8 - MOBILIÁRIO

[illegible]

9 - LAY-OUT / FLUXO DE OPERAÇÕES



PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE	ESPAÇO POLÍTICO-CULTURAL	EDIFÍCIO	SETOR DE OFICINAS/ORGANIZACIONAL
---------	--------------------------	----------	----------------------------------

1- AMBIENTE	OFICINA DE TEAR REDES	2- QUANTIDADE	01
-------------	-----------------------	---------------	----

3- NATUREZA DAS ATIVIDADES	4- RELAÇÕES PRINCIPAIS
PRODUÇÃO/ENSINO - CONFECÇÃO DE REDES	• SETOR DE OFICINAS (OFICINA DE COSTURA) • COORDENAÇÃO DE OFICINAS • SETOR DE APOIO (CANTINA/W.C.S)

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES			52.80 M ²
5.2	EVENTUAIS			

6- RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1 - CONDIÇÕES AMBIENTAIS			
VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO	TRATAMENTO ACÚSTICO
NATURAL	☒	NATURAL	☒ PISO
ARTIFICIAL	☐	ARTIFICIAL	☒ PAREDE
		NATURAL CONTROLADA	☐ TETO
			☐ JANELAS

6.2 - INSTALAÇÕES											
ELÉTRICAS				HIDRÁULICAS				TELEFÔNICAS		ESPECIAIS	
CIRCUITO EMERGÊNCIA				ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS		GÁS	
TERRA				FRIA		COMUM		RAMAL		SEGURANÇA	
INCANDESCENTE				QUENTE		ÁCIDO		DIRETO		VAPOR	
FLUORESCENTE				☒ REFRIGERADA		OLEOSO				VÁCUO	
ESPECIAL				DESTILADA		SOLÚVEL				AR COMPRIMIDO	
TOMADAS	PISO	PAREDE	TETO			RADIOATIVO				EXAUSTOR	
MONOFÁSICA						SOLVENTE				AR CONDICIONADO	
BIFÁSICA											
TRIFÁSICA											

6.3 - ASPECTOS ARQUITETÔNICOS

EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
PÉ DIREITO	
FUNDAÇÕES	
REVESTIMENTO PISO	
REVESTIMENTO PAREDE	
REVESTIMENTO TETO	
VÃO LIVRE	
VÃO PORTA	
OUTROS	

AMBIENTE

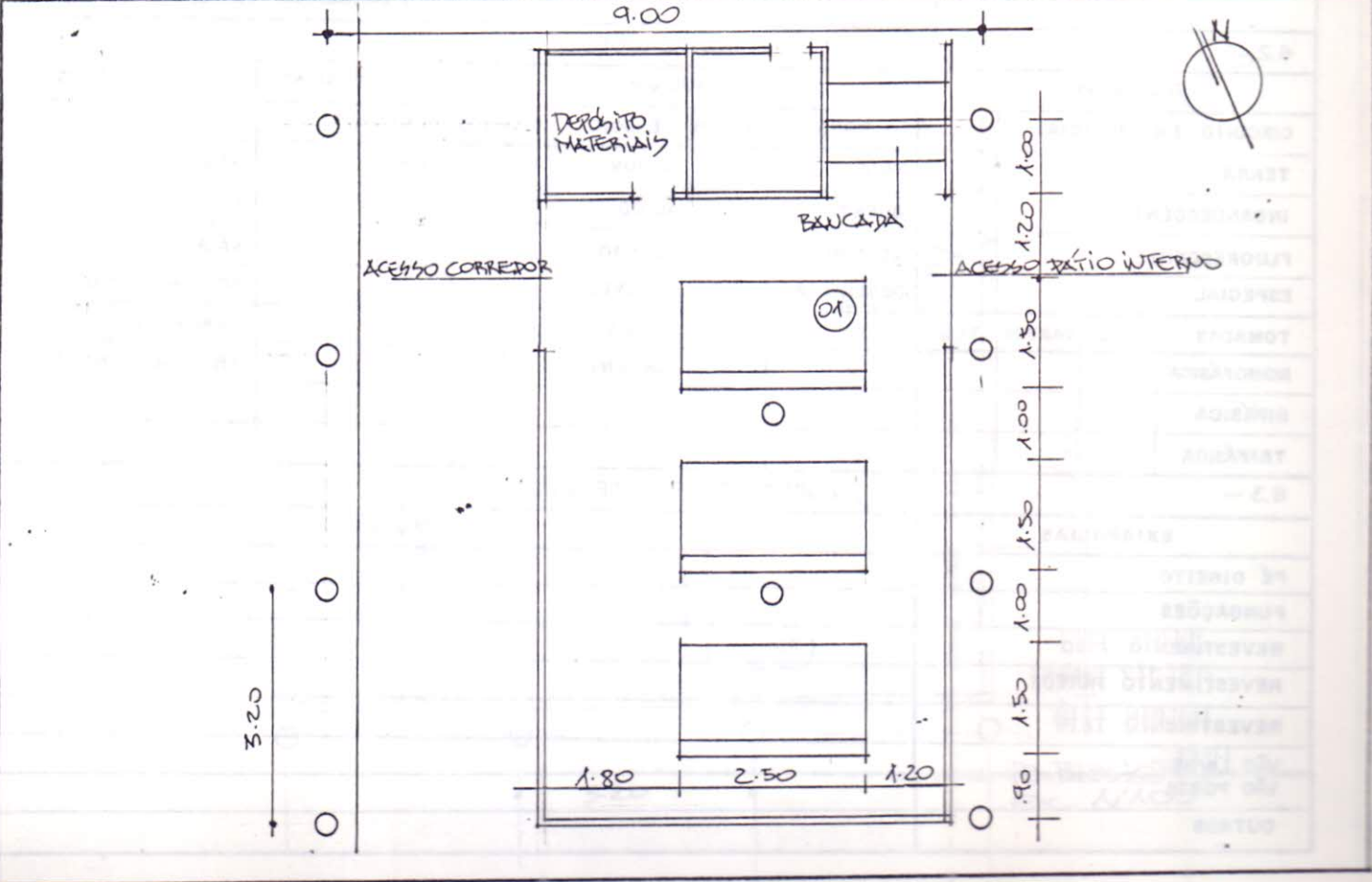
7 - EQUIPAMENTOS		CONF - 016 712 - (W)	REVISÃO - 001
------------------	--	----------------------	---------------

[illegible]

8 - MOBILIÁRIO			
----------------	--	--	--

[illegible]

9 - LAY-OUT / FLUXO DE OPERAÇÕES



PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE	ESPAÇO POLÍTICO-CULTURAL	EDIFÍCIO	SECTOR OFICINAS / ORGANIZACIONAL
---------	--------------------------	----------	----------------------------------

1 - AMBIENTE	OFICINA DE COSTURA	2 - QUANTIDADE	01
--------------	--------------------	----------------	----

3 - NATUREZA DAS ATIVIDADES PRODUÇÃO/ENSINO - COSTURA	4 - RELAÇÕES PRINCIPAIS OFICINA DE TEATRO DE REDES OFICINA DE RENDA/LABIRINTO COORDENAÇÃO DE OFICINAS SECTOR DE APOIO (CAFETERIA/MUS)
--	---

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES	12	3 m ²	35.20 m ²
5.2	EVENTUAIS			

6 - RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1 - CONDIÇÕES AMBIENTAIS			
VENTILAÇÃO		ILUMINAÇÃO	TRATAMENTO ACÚSTICO
NATURAL	☒	NATURAL	☒
ARTIFICIAL	☐	ARTIFICIAL	☒
		NATURAL CONTROLADA	☐
			PISO
			PAREDE
			TETO
			JANELAS

6.2 - INSTALAÇÕES									
ELÉTRICAS				HIDRÁULICAS				TELEFÔNICAS	ESPECIAIS
CIRCUITO EMERGÊNCIA				ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS	GÁS
TERRA				FRIA		COMUM		RAMAL	SEGURANÇA
INCANDESCENTE				QUENTE		ÁCIDO		DIRETO	VAPOR
FLUORESCENTE			☒	REFRIGERADA		OLEOSO			VÁCUO
ESPECIAL				DESTILADA		SOLÚVEL			AR COMPRIMIDO
TOMADAS	PISO	PAREDE	TETO			RADIOATIVO			EXAUSTOR
MONOFÁSICA	☒					SOLVENTE			AR CONDICIONADO
BIFÁSICA									
TRIFÁSICA									

6.3 - ASPECTOS ARQUITETÔNICOS

EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
PÉ DIREITO	
FUNDAÇÕES	
REVESTIMENTO PISO	
REVESTIMENTO PAREDE	
REVESTIMENTO TETO	
VÃO LIVRE	
VÃO PORTA	
OUTROS	

[illegible][illegible]

Hand-drawn floor plan of a classroom. The overall dimensions are 9.00m by 4.50m. The plan includes two storage areas labeled 'DEPÓSITO' at the top, each 1.75m wide. The main area contains two rows of desks and chairs. The left row has 4 desks and 8 chairs (2 per desk). The right row has 4 desks and 8 chairs (2 per desk). The rightmost section is 2.00m wide and contains a single row of 4 desks and 8 chairs. The total width is 2.50m + 2.00m + 1.50m + 2.00m = 8.00m. The total length is 2.00m + 2.50m = 4.50m.



PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE NÚCLEO POLÍTICO-CULTURAL EDIFÍCIO SETOR DE VENDAS / RESTAURANTE

1- AMBIENTE BOXE DE VENDAS 2- QUANTIDADE 13

3- NATUREZA DAS ATIVIDADES - VENDA DE PRODUTOS	4- RELAÇÕES PRINCIPAIS • RESTAURANTE • COORDENAÇÃO DO SETOR
---	---

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES	$1\frac{1}{2}$		6.15
5.2	EVENTUAIS			

6- RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1 -	CONDIÇÕES AMBIENTAIS			
	VENTILAÇÃO	ILUMINAÇÃO	TRATAMENTO ACÚSTICO	
NATURAL	☒	NATURAL	☒	PISO
ARTIFICIAL	☐	ARTIFICIAL	☒	PAREDE
		NATURAL CONTROLADA	☐	TETO
			☐	JANELAS

62 -				INSTALAÇÕES				TELEFÔNICAS		ESPECIAIS	
ELÉTRICAS				HIDRÁULICAS							
CIRCUITO EMERGÊNCIA				ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS		GÁS	
TERRA				FRIA		COMUM		RAMAL		SEGURANÇA	
INCANDESCENTE				QUENTE		ÁCIDO		DIRETO		VAPOR	
FLUORESCENTE				REFRIGERADA		OLEOSO				VÁCUO	
ESPECIAL				DESTILADA		SOLÚVEL				AR COMPRIMIDO	
TOMADAS						RADIOATIVO				EXAUSTOR	
PISO						SOLVENTE				AR CONDICIONADO	
PAREDE											
TETO											
MONOFÁSICA											
BIFÁSICA											
TRIFÁSICA											

6.3 -	ASPECTOS ARQUITETÔNICOS	
	EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
	PÉ DIREITO	
	FUNDAÇÕES	
	REVESTIMENTO PISO	
	REVESTIMENTO PAREDE	
	REVESTIMENTO TETO	
	VÃO LIVRE	
	VÃO PORTA	
	OUTROS	

AMBIENTE

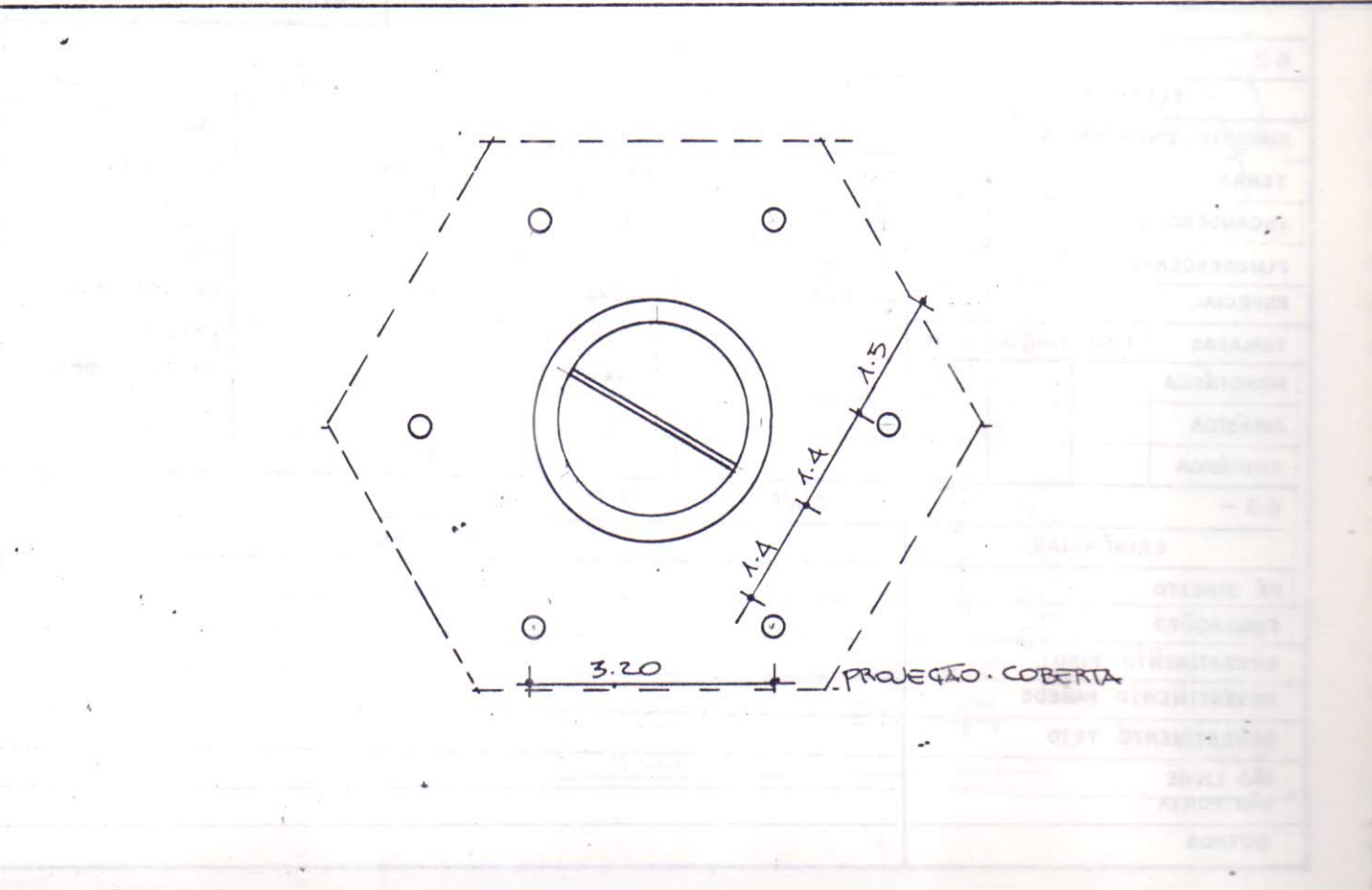
7 - EQUIPAMENTOS					
CÓD.	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	POT. ELÉTR. (W)		DIMENSÕES (m)
			UNIT.	TOTAL	

[illegible]

8 - MOBILIÁRIO			
COD.	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	DIMENSÕES (m)

[illegible]

9 - LAY-OUT / FLUXO DE OPERAÇÕES



PROGRAMA ARQUITETÔNICO

- A

UNIDADE	ESPAÇO POLÍTICO-CULTURAL	EDIFÍCIO	SETOR DE VENDAS / RESTAURANTE
---------	--------------------------	----------	-------------------------------

1- AMBIENTE	COZINHA	2- QUANTIDADE	01
-------------	---------	---------------	----

3- NATUREZA DAS ATIVIDADES SERVIÇOS / PREPARO DE REFEIÇÕES	4- RELAÇÕES PRINCIPAIS ÁREA DE MESA VESTIÁRIOS FUNCIONÁRIOS DEPÓSITO DE LIXO
---	---

5	OCUPANTES	QUANTIDADE	ÁREA / OCUPANTE	ÁREA TOTAL
5.1	PERMANENTES	6		57.6 m ²
5.2	EVENTUAIS			

6- RECOMENDAÇÕES ESPECIAIS

6.1-	CONDIÇÕES AMBIENTAIS		
	VENTILAÇÃO	ILUMINAÇÃO	TRATAMENTO ACÚSTICO
	NATURAL	NATURAL	PISO
	ARTIFICIAL	ARTIFICIAL	PAREDE
		NATURAL CONTROLADA	TETO
			JANELAS

6.2-	INSTALAÇÕES								
	ELÉTRICAS			HIDRÁULICAS		TELEFÔNICAS		ESPECIAIS	
	CIRCUITO EMERGÊNCIA			ÁGUA	PONTOS	ESGOTO	PONTOS	PONTOS	GÁS
	TERRA			FRIA	2	COMUM	1	RAMAL	SEGURANÇA
	INCANDESCENTE			QUENTE		ÁCIDO		DIRETO	VAPOR
	FLUORESCENTE			REFRIGERADA		OLEOSO			VÁCUO
	ESPECIAL			DESTILADA		SOLÚVEL			AR COMPRIMIDO
	TOMADAS	PISO	PAREDE	TETO		RADIOATIVO			EXAUSTOR
	MONOFÁSICA					SOLVENTE			AR CONDICIONADO
	BIFÁSICA								
	TRIFÁSICA								

6.3-	ASPECTOS ARQUITETÔNICOS	
	EXIGÊNCIAS	OBSERVAÇÕES
	PÉ DIREITO	
	FUNDAÇÕES	
	REVESTIMENTO PISO	PISO INDUSTRIAL
	REVESTIMENTO PAREDE	
	REVESTIMENTO TETO	
	VÃO LIVRE	
	VÃO PORTA	
	OUTROS	EXAUSTOR (1.00 X 2.00 M) EM CHAPA DE ZINCO

AMBIENTE

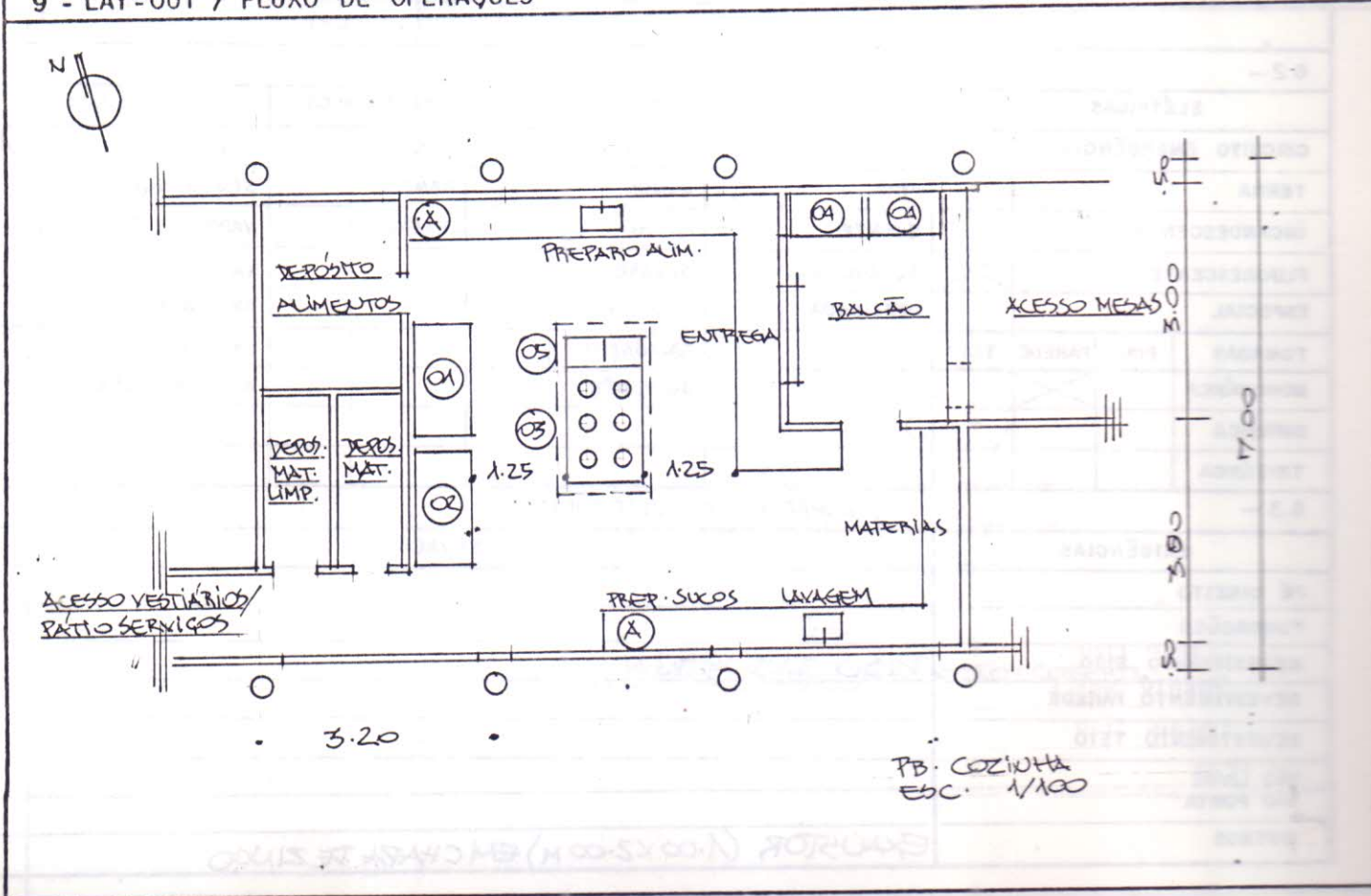
7 - EQUIPAMENTOS

COD.	DISCRIMINAÇÃO *	QUANT.	POT. ELÉTR. (W)	DIMENSÕES (m)
01	REFRIGERADOR	1		1.40 x .75 x 2.00
02	CONGELADOR	1		"
03	FOGÃO INDUSTRIAL C/ CÂMARA DE FOGO INTEGRADA	1		1.50 x 1.00 x .85
04	FREEZER HORIZONTAL	2		1.20 x .75 x .85
05	FRITADEIRA	2		.75 x .50 x .85
* EQUIPAMENTOS QUE INFLUEM NO PRÉ-DIMENSIONAMENTO				

8 - MOBILIÁRIO

COD.	DISCRIMINAÇÃO	QUANT.	DIMENSÕES (m)
A	BANCADA EM AÇO INOX	02	VAR. X .55 x .75

9 - LAY-OUT / FLUXO DE OPERAÇÕES



3. LISTA DE ASSOCIAÇÕES COMUNITARIAS DA AREA

. Associação de Moradores:

- . Castelo Encantado/Morro do Teixeira
- . Conjunto Santa Joana D'arc
- . Conjunto Santa Terezinha
- . Praia do Futuro
- . Riacho Maceió
- . Serviluz
- . Varjota
- . Vista Verde

4. CRONOGRAMA

. 1994

- . Janeiro - /. Definição do tema /Area de localização
 - .. Pesquisa bibliográfica
 - .. Contato com associações comunitárias da área
 - \. Visita ao terreno
- . Fevereiro - /. Pesquisa bibliográfica
 - .. Contato com associações comunitárias da área
 - .. Partido geral e implantação-1º abordagem
 - \. Programa básico-----1º abordagem
- . Março - /. Pesquisa bibliográfica
 - .. Pesquisa sobre produção cultural da área
 - .. Pesquisa de dados populacionais-IBGE e associações comunitárias
 - .. Pesquisa de dados para elaboração do programa
 - .. Visita à rádio universitária-FM
 - .. Visita ao "jornal do bairro de Fátima"
 - .. Partido geral e implantação----2º abordagem
 - \. Programa básico-----definição
- . Abril - /. 2ª visita ao terreno
 - .. Partido Geral e implantação-----3º abordagem
 - .. Programa arquitetônico-----definição
 - .. Pré-dimensionamento-----elaboração e definição
 - \. Elaboração de tópicos para o memorial

CURSO DE ARQUITETURA
PLANEJAMENTO
PERIODO I

- . Maio - /. Partido Geral e implantação-----definição
- |. Desenvolvimento do anteprojeto e detalhamento
- |. Elaboração do Memorial Justificativo-Descritivo

- . Junho - /. Desenvolvimento e finalização do anteprojeto
- |. e detalhamento
- |. Finalização do Memorial Justificativo-Descritivo
- |. Apresentação da proposta

2) SITUAÇÃO EXISTENTE

2.1) Espaço Natural.

2.1.1) O espaço natural verificado na zona constitui-se, em termos de áreas verdes, principalmente da vegetação de pequeno porte, localizada nas partes mais próximas do riacho Maceió.

2.1.2) As vegetações de médio e grande porte encontram-se em pequenas quantidades devido a especulação imobiliária, que é um agente de grande interferência no espaço natural.

2.1.3) O riacho Maceió que outrora fora bastante largo, acha-se hoje reduzido a um estreito canal no qual é despejado dejetos e entulhos, ocasionando a sua poluição, bem como impossibilitando as pessoas de tomarem banho na orla marítima cujas águas causam micoses e infecções.

2.1.4) A diminuição crescente da vegetação em função da ocupação do solo e, o aumento dos trechos asfaltados, propiciam uma maior insolação no local e, conseqüentemente, maior aquecimento.

2.1.5) Não há maiores preocupações dos habitantes quanto a proteção solar visto que, nas residências nativas, não há nenhuma proteção e nos edifícios a única forma utilizada são as varandas que protegem as fachadas.

2.1.6) A ventilação se encontra em alteração devido ao soerguimento de edificações de grande porte que causam o turbilhonamento dos ventos assim como, modificam a incidência do sol em prédios menores, criando zonas que passam o dia inteiro à sombra.

2.1.7) De todas essas constatações a poluição é o fator de maior relevância da área. Não há qualquer tratamento no esgoto depositado no riacho, ou seja, este é jogado diretamente no meio hídrico, ocasionando mau cheiro e proliferação de insetos e ratos, e acarretando maiores problemas de ordem econômica e social para a população residente, atuando também de maneira marcante na Beira-Mar, que embora sendo um trecho destinado ao lazer, apresenta de maneira destacada traços dessa poluição que provoca aspectos contraditórios (poluição da água do mar, da areia da praia, etc) com as finalidades às quais essa zona está destinada.

2.2) Zoneamento Real (Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo).

2.2.1) Nas áreas mais próximas a calha do Riacho Maceió e Papicú está a maior parte de solo desocupado- região alagadica.

2.2.2) Já a foz do riacho, por estar numa avenida paisagística (Beira-mar), os terrenos ao longo da via sofrem uma desenfreada corrida imobiliária, até mesmo os lotes por onde o riacho passa são utilizados para especulação imobiliária, nesse caso encontramos esses terrenos cercados e muitas vezes até murados, esperando que a legislação futura venha a favorecê-los enquanto seu valor no mercado sofre constante aumento.

2.2.3) O trecho compreendido entre a avenida Beira-mar e avenida Abolição (de uso comercial característico), apresenta edificações de melhor qualidade e edifícios multifamiliares de uma classe de renda alta, com densidade demográfica sofrendo rapidamente um aumento.

2.2.4) O prolongamento da rua Manoel Jesuino até a praia (ligação com a Varjota) resultou numa acelerada mudança de uso nos lotes lindeiros a Manoel Jesuino, de residencial para comércio e serviços.

2.2.5) As residências mais precárias estão situadas entre a Abolição e Alvaro de Castro Corrêa, apesar de não haver verticalização a densidade é alta, lotes estreitos e geminados, caracterizando um nível de pobreza bem acentuado, o uso comercial aparece vinculado a própria residência (uso misto). Nesse caso, quanto mais próximo da zona alagadiça, mais precárias as casas.

2.2.6) A partir da rua Alvaro de Castro Corrêa prédios antigos de 3 pavimentos x prédios mais recentes de 10 a 12 pav. - verticalização acelerada.

2.2.7) Perto do vértice da área a densidade demográfica diminui, ruas se alargam, e as residências unifamiliares tem um padrão superior as do setor central, porém os edifícios multifamiliares aqui se diferenciam claramente dos encontrados próximos a Beira-mar, os primeiros correspondem a uma faixa econômica inferior aos da Beira-mar, maior número de apartamentos por andar, sendo este um trecho mais denso em população.

2.2.8) Grande desigualdade na população que ocupa a área geral em estudo, populações diversificadas e socialmente conflitantes dividem um espaço urbano relativamente reduzido.

2.2.9) Poucos espaços para o lazer, apenas duas praças e calçadão na Beira-Mar, utilização de terreno baldio para campo de futebol e espaço de secagem de roupa - área verde poderia ser utilizada para suprir as necessidades de recreação e de equipamentos comunitários.

2.2.10) Os órgãos públicos sentem que suas obrigações em relação a preservação do Riacho Maceió estão concluídas uma vez que existe uma lei reguladora nesse sentido. A área em estudo está em sua maioria dentro da Z.E.-1 classificada no código de postura de Fortaleza como uma zona especial de proteção verde, paisagística e turística; porém não houve uma política que transformasse essa área em turística e muito menos paisagística.

2.2.11) O Decreto No.5592 regula a implantação das edificações de modo a preservar as plantas de porte arbóreo, não permitir murar os terrenos, e tipologia e recuos que deveriam ser seguidos; não se percebe fisicamente que Decreto esteja em vigor.

2.2.12) Grande porção da área circundando a Z.E.-1 está em Z.R.-3, promovendo o adensamento e principalmente a verticalização das edificações, pouco lógico incentivar a verticalização - área paisagística, índice de aproveitamento na Z.R.-3 é 2 e a ocupação do subsolo é de até 70%, o que viria a impermeabilizar a maior parte dos terrenos próximos ao Riacho Maceió, quase toda a ocupação da área se faz por meio de

residências unifamiliares, a horizontalidade é uma característica da região. Delimitação de grande parte da área como Z.R.-3, não foi para benefício da população que atualmente ali reside, mas provavelmente para beneficiar interesses particulares.

2.2.13) Lado leste do trilho está uma Z.C.-2 que corresponde a uma futura via, definindo-a como eixo de transporte de massa e incentivando atividades de uso misto - tipologia das edificações ali é bem homogênea, horizontalizada (unifamiliar), e de baixo nível econômico. Z.C.-2 - mudança drástica para população. Necessidade de interação via férrea x vias urbanas.

2.3) Circulação

2.3.1) Vias principais:

Beira-Mar:

- < Caráter paisagístico unilateral.
- < Contraste: lateral norte (visuais paisagísticas x lateral sul) passeios estreitos, recuos não condizentes com gabarito).

Abolição:

- < Via arterial/ corredor de atividades.
- < Dimensões incompatíveis com suas características (uso tipicamente comercial x ausência de pátios de carga e descarga).
- < Arborização praticamente inexistente ao longo da via.

Dom Luís:

- < Via coletora / corredor de atividades (contradição).
- < Ponto crítico no entroncamento da Dom Luís (bifurcação) com a via férrea.

Manoel Jesuino:

- < Via local com tráfego intenso.
- < Características de via coletora com a ligação até a av. Beira-Mar.
- < Características de uso diferenciadas ao longo do percurso (residencial unifamiliar/comercial), implicando em diferenciações de apropriação e dimensões do lote.
- < Caixa carroçável e passeios incompatíveis com as características das vias e dos usos dos lotes lindeiros.

Tavares Coutinho:

- < Via local de características diferenciadas e maior fluxo de automóveis (prolongamento Av. Alberto Sá).

2.3.2) Via Férrea:

- < Apenas atravessa a área; nenhuma ligação direta com a região.
- < Determina uma apropriação diferenciada ao longo de sua faixa lindeira (população de menor poder aquisitivo/ favelada).

2.3.3) Vias Locais:

- < Tipo de pavimentação (asfáltica) impermeabiliza as vias, aumenta a quantidade de calor irradiado e permite um aumento na velocidade dos automóveis (não condizente com uma zona residencial). Favorece ainda, uma maior invasão imobiliária na área.

< Tipo de pavimentação admissível nas vias de circulação da linha de ônibus.

2.4) Evolução Urbana (1972-1992)

2.4.1) A área estudada sofreu intensa transformação nos últimos 20 anos. Passando de uma região pouco ocupada, com características semelhantes ao meio rural, para uma zona de acentuada e desordenada urbanização ocasionada pela intensa especulação causada pela crescente valorização dos terrenos na área.

2.4.2) O desenvolvimento acelerado, bem como a distribuição das edificações, tem trazido inúmeros problemas. Isso ocorre pelo fato de que as leis referentes ao zoneamento foram criadas após já haver alguma ocupação da região pela população nativa, e às diversas formas de burlar a legislação, encontradas pelas imobiliárias. Essa situação deve-se a três fatores: a) o desconhecimento da área quando da elaboração da lei. b) o estímulo de atividades de interesse do poder público, e c) a permissividade da lei.

2.4.3) Com o passar dos anos houve um crescimento considerável do comércio e serviços (principalmente ao longo da Av. Manoel Jesuino e Trav. Canindé), acompanhando o soerguimento de edificações (condomínios) destinadas a moradias multifamiliares, o que veio a modificar muito o aspecto social e econômico da citada zona, atualmente bem mais verticalizada.

2.4.4) Observando-se esses fatores verificamos o surgimento de dois mundos diversificados e limitados pelo fator econômico, gerando conflitos.

2.4.5) Não somente a zona próxima ao Riacho sofreu modificações, também este, que anteriormente era utilizado pela população, hoje encontra-se extremamente poluído, e sob constante ameaça de estrangulamento, devido a sucessivos aterros decorrentes em sua maioria, de entulho de construção. Chegando até mesmo a desviar seu percurso.

2.4.6) O zoneamento da área feito em diferentes períodos prevê ruas e passeios estreitos, que tornaram-se insuficientes para as atividades agora exercidas, causando problemas de circulação para o tráfego local e de passagem.

2.4.7) Toda a zona conta apenas com dois locais estabelecidos para o lazer (pracinhas) além do calçadão da volta, forçando-se a população a utilizar os vazios (terrenos baldios) para jogos e etc.

2.4.8) As áreas verdes foram sucessivamente degradadas (com poucas exceções), sobrando apenas as zonas desfavoráveis à construção, tais como as áreas alagáveis, de maiores declividades e etc.

2.4.9) Para o futuro estão previstos projetos de ampliação e prolongamento de vias, de uma praça 24 horas, e de um parque ecológico ao longo das margens do Riacho Maceió.

4) PRINCIPAIS PROBLEMAS EXISTENTES/ PRIORIDADES.

4.1) Espaço Natural

4.1.1) Relevo:

- < Aterramento dos fundos de vale (estrangulamento e alteração do curso do Riacho.
- < Aterramentos / construções - prédios obstruem as visuais do relevo.
- < Permissividade da legislação (área de proteção ambiental).
- < Alterações no relevo: produção e apropriação do espaço urbano.

4.1.2) Recursos Hídricos:

A) Poluição dos recursos hídricos (Riacho e orla marítima):

- < Lançamento de efluentes de esgotos com pouco ou até mesmo sem tratamento.
- < Fontes poluidoras (alta e baixa renda).
- < Ausência de educação ambiental.
- < Aumento da densidade demográfica/ infra-estrutura insuficiente.

B) Drenagem e captação de águas pluviais:

- < Aterramento do Riacho/ alagamentos.
- < Aumento da densidade demográfica/ infra-estrutura insuficiente/ impermeabilização do solo.

4.1.3) Vegetação:

- < Diminuição da quantidade de cobertura vegetal (desequilíbrio verde x edificações).
- < Verde público x verde privado.
- < Pouco pensada como proteção (insolação, etc.) para as vias e edificações.
- < Arborização x passeio.
- < Arborização x iluminação e fiação.

4.2) Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo.

4.2.1) Ocupação por classes diferenciadas - indefinição de quem ocupa a área.

4.2.2) Tendência à progressiva ocupação.

4.2.3) Ausência de infra-estrutura, equipamentos e fornecimento de empregos.

4.2.4) Disposição dos lotes inadequadas, ausência de definição com relação a insolação, ventilação e etc.

4.2.5) Insuficiência de áreas de lazer.

4.2.6) Função social da cidade (infra-estrutura e etc).

4.2.7) Legislação para a área.

4.3) Legislação Urbana.

4.3.1) A área repentinamente descoberta pela especulação imobiliária, inexistente preparação para ocupação mais intensa.

4.3.2) Adensamento - Classe média e alta.

4.3.3) Desenvolvimento da Av. Abolição - zona comercial.

4.3.4) Invasão do Riacho por meio de aterros - ocupação irregular sem preocupação com o local.

4.3.5) Alagamentos acentuados, aterros feitos em áreas alagados, ocupação extremada, e agressão aos recursos naturais - diminuição na densidade de cobertura vegetal.

4.3.6) Ocupação diferenciada:

< Área rica - vazio urbano para especulação.

< Área pobre - menor o crescimento de ocupação por favelas.

4.3.6) Transformações:

< Legislação urbana e decretos municipais.

< Projetos de vias.

< Projeto de parque ecológico.

< Projeto de Praça 24 horas.

4.4) Circulação.

4.4.1) Caixa carroçável e passeios muitas vezes não corresponde a importância e fluxo das vias principais.

4.4.2) Ausência de pátios de carga e descarga.

4.4.3) Vias x utilização.

4.4.4) Recuos, pavimentação, arborização e iluminação.

4.4.5) Transportes coletivos, pontos de parada.

4.5) Resultado dos Questionários Aplicados à População da Área.

Principais Problemas: 1o.- Ausência de esgotos.

2o.- Insegurança.

3o.- Lixo.

4o.- Iluminação/ Transporte/ Moradia.

5) POTENCIALIDADES ENCONTRADAS

5.1) Espaço Natural

5.1.1) Relevo:

< Visuais internas e externas (Sta. Teresinha e Riacho).

< Drenagem (águas pluviais).

< Exploração das ondulações dos terrenos.

< Exploração da existência de grandes vazios urbanos.

5.1.2) Recursos Hídricos:

- < A própria existência da água no meio urbano.
- < Aproveitamento do Riacho Maceió (drenagem/lazer).
- < Preservação da orla marítima.

5.1.3) Vegetação:

- < Vegetação como fator de proteção (erosão, insolação, ofuscamento).
- < Controle da poluição (sonora, do ar).
- < Arborização como leitura do espaço urbano.
- < Articulação dos diferentes espaços.
- < Relação sol/sombra.

5.2) Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo:

- < Vazios urbanos.
- < Exemplos ocasionais de parcelamento, uso e ocupação.

5.3) Circulação:

- < Possibilidade de utilização da via.
- < Características diferenciadas: pavimentação, sinalização, iluminação e etc.

5.4) Transformações Urbanas:

- < Projetos para a área (parque ecológico/ praça 24 horas), saber a quem interessa e qual o programa.
- < Abertura de novas vias considerando: a) valorização da área, mudanças no uso e ocupação, substituição da população; b) local mais adequado ou não para o bairro e a cidade.

6) OBJETIVOS GERAIS

6.1) Espaço Natural.

6.1.1) Proteger, preservar, recuperar os elementos naturais existentes na área: relevo, água, verde.

6.1.2) Alcançar o equilíbrio na relação homem x natureza, considerando áreas urbanas em questão.

6.1.3) Desenhar a cidade com a natureza valorizando os elementos naturais existentes.

6.1.4) Realçar a importância do conforto ambiental, considerando para os espaços públicos e privados de permanência e de circulação, a presença dos fatores climáticos (sol, ventos, luz). Considerando também a importância da relação entre cheios e vazios na área.

6.2) Solo Urbano (Zoneamento Real)/ Transformações.

6.2.1) Buscar maior equilíbrio na relação entre cheios e vazios (elementos naturais, densidades, infra-estrutura, equipamentos, vias, lazer, população existente).

6.2.2) Rever a legislação existente (permissiva) reconsiderando a

organização espacial atual /possível da área, mais as figuras das quadras, lotes e vias, e suas características atuais. Especial atenção à ocupação do lote. Nessa interação de legislação existente com solo urbano e a paisagem, considerar sempre: fatores climáticos, índices urbanísticos, parcelamento, uso e ocupação do solo, infra-estrutura, equipamentos sociais e vias.

6.2.3) A partir do item anterior considerar que aumento de densidades (demográficas e imobiliária) requer preparação antecipada da área a sofrer tais mudanças.

6.2.4) Rever projetos públicos e privados previstos para a área, achando seus impactos ambientais, sociais e econômicos.

6.3) Circulação.

6.3.1) Definição de uma hierarquização viária após a definição dos objetivos a serem alcançados para a área (que áreas queremos ter?)

6.3.2) Definição das características principais básicas para as vias principais, secundárias e paisagísticas.

6.3.3) Revisão dos projetos viários para a área compreendendo os seus impactos ambientais, sociais e econômicas.

6.3.4) Identificação (causas e conseqüências) dos principais problemas viários existentes.

6.3.5) Identificação (causas e conseqüências) dos problemas relacionados com o transporte coletivo.

6.3.6) Existência, suficiência, adequação e articulação do mobiliário urbano.

7.0) CONCLUSOES

Este relatório se baseia em uma síntese da situação real encontrada na área em estudo, a partir da qual foram determinados os limites e potencialidades da área, e que conduziram à definição dos objetivos a serem alcançados nas propostas de intervenção na área.

A partir desses objetivos serão elaboradas diretrizes que consistem no roteiro de trabalho determinante das propostas de projeto a serem apresentadas na próxima etapa e que serão posteriormente anexadas a este relatório.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA
CENTRO DE TECNOLOGIA
ESCOLA DE ARQUITETURA E URBANISMO
DISCIPLINA: PUR 2 • PROJETO URBANO E PLO 2
PROFESSOR: JOSE ANTONIO LEMENHE
EQUIPE: JOAO CRISOSTOMO
JORGE ANTONIO
JOSE DE ASSIS
GUSTAVO BEZERRA

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO URBANA (PARQUE ECOLOGICO DO MACEIO/PAPICU)
MEMORIAL JUSTIFICATIVO DESCRITIVO
ANTEPROJETO
JULHO/93.

U

1. INTRODUÇÃO

Entende-se esta etapa como fase de aprimoramento e desenvolvimento das idéias apresentadas no estudo preliminar, que direciona a proposta de intervenção urbana na área do riacho Maceió.

Segue então, o anteprojeto, a partir das duas premissas básicas definidas nas etapas anteriores, que são: a superação dos conflitos sociais existentes, com a permanência das populações, das mais variadas faixas de renda que habitam a área, e a preservação do espaço natural nas bacias dos riachos Maceio e Papicu e Orla Marítima.

A proposta de um parque ecológico, dessa forma, só pode ser entendida no sentido de garantir ou ao menos de viabilizar estas premissas, ou seja, a preservação do espaço natural nos fundos de vale e o fornecimento de equipamentos básicos que atendam às populações do local, principalmente as de mais baixa renda.

O parque vai assim, adquirindo diferentes caracterizações, em termos de equipamentos, ~~em~~ seu percurso, associando-se às áreas e faixas de populações a que estão mais propriamente ligados.

Em termos de delimitação, a área do parque deve abranger desde a lagoa do Papicu a Orla Marítima (calçada da volta da Jurema), centrando-se, nesta etapa, na área que vai desta ao cruzamento D. Luiz com Manoel Jesuino.

Apesar de atender a diferentes populações, com diferentes equipamentos, o desenho da parque e sua tecnologia construtiva, devem garantir uma unicidade integradora.

2. ESPAÇO NATURAL

A recuperação e preservação do espaço natural, pensado em termos de relevo, vegetação, ~~hidrografia~~ hidrografia e condições climáticas, tem como pontos de suporte:

A) A própria caracterização e desenho do parque ecológico, em termos de recuperação e aproveitamento paisagístico do relevo natural dos fundos de vale. O parque desenvolve-se em patamares, cujo desenho acompanha as curvas de nível, organizados de forma a intercalar áreas de vegetação. Delimitação de áreas de proteção máxima, de acessos apenas visuais, que acompanha todo o percurso dos riachos na área do parque, assumindo maiores proporções no encontro destes. (Item 2.4)

B) Sistema de esgotamento sanitário para a área (melhor abordado em "infra-estrutura"), como forma de garantir a despoluição dos riachos.

C) A elaboração de novos critérios de uso de ocupação do solo, em termos de recuos e gabaritos, no sentido de se garantir melhores condições de conforto ambiental na área (insolação e ventilação).

3) USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Procura-se, com base nas críticas e propostas de formulação de nova legislação, estabelecer novos critérios para zoneamento, uso e ocupação do solo, tendo em vista a ~~superação~~ ^{resolução} de conflitos entre as diferentes classes sociais e a viabilização de sua fixação na área. ~~e a via-~~
~~bilização de sua fixação na área~~ (ver prancha 1).

3.1. ÁREAS RESIDENCIAIS

Prima-se aqui, pela valorização da diversidade de formas de apropriação do espaço urbano decorrentes da própria diversidade populacional.

● A) SETOR 1- (ver pranchas 2 e 5) área com população predominante de classe média, onde as necessidades de intervenção em termos de usos e ocupação do solo caracterizar-se-ão por:

- *. Ocupação unifamiliar e multifamiliar de baixo gabarito;
- *. Verticalização até 2 pavimentos nas áreas mais próximas (prancha 5) ao parque e até 5 pavimentos nas áreas mais distantes.
- *. Critérios para definição de recuos que sejam proporcionais à verticalização. (ver detalhe prancha 2).
- *. Utilização de trecho lindeiro à R. Manoel Jesuino como ponto de apoio de comércio vicinal ou secundário.

● B) Setor 2- Área de maior enfoque e abrangência, com população predominante de baixa renda. Área onde os programas de ~~verticalização~~ ^{intervenção} se dão mais fortemente, priorizando-se:

- *. Definição e urbanização de duas áreas básicas para localização da população: arredores e encostas do morro Santa Teresinha e área próxima ao cruzamento Manoel Jesuino/Abolição.
- *. Critérios para urbanização: que irá ocorrer em termos de verticalização de algumas áreas, relocações para áreas próximas, fornecimentos de equipamentos públicos e privados, infraestrutura básica e alargamento de vias internas; mantendo o traçado já existente.
- *. Critérios para verticalização: (ver detalhe prancha 1) ocupação de 50% da área do terreno com edificações de 3 pavimentos e pav. térreo. 50% sob pilotis. Áreas não edificadas com aproveitamento para lazer (ativo e passivo). Aproveitamento da conformação natural do terreno.
- *. Critérios para relocação: necessárias devido as remoções realizadas com a delimitação da área do parque e abertura ou alargamento de ruas. Prioridade à ocupação de áreas mais próximas e semelhantes em termos das características sócio-econômicas da população. Ocupação em áreas fragmentadas, que facilitem a integração com a população já instalada. Verticalização como forma de abrigar maior quantidade de população em menor área (observados os mesmos critérios de verticalização já citados. (ver detalhe prancha 1).
- *. Definição de área para estabelecimento de comércio vicinal ou secundário, em forma de quarteirões comerciais (no interior das Áreas) ou aproveitamento da faixa lindeira à R. Manoel Jesuino. (ver detalhe prancha 3).

2) Setor 3- (ver prancha 4 e 5) área com população predominantemente de classe alta, que em termos de uso e ocupação do solo se caracterizará por: *. Valorização das ocupações multifamiliares, observando-se critérios definidores de gabaritos máximos e recuos adequados às condições de conforto ambiental na área (ver detalhe prancha 4).

*. Valorização de implantação de rede hoteleira, observados os mesmos critérios de ocupação do solo, tendo em vista o aproveitamento turístico da área.

3.2. FAIXAS DE USO COMERCIAL/RESIDENCIAL (prancha 1) - que correspondem às faixas lindeiras às Av. Beira-trilho, Alberto Sá e D. Luís. Devendo ser observados critérios definidores para:

*. Controle da ocupação, em termos de gabaritos, recuos, taxa de ocupação, etc... Semelhante ao exposto no item 3.1.C.

*. Lotes que permitam estacionamento e operações de carga e descarga em seu interior.

*. Adaptação das vias às condições de usos lindeiros (ver item 4 sistema viário).

3.3. FAIXAS DE USO COMERCIAL/SERVIÇOS- (prancha 1) Correspondente às faixas lindeiras à Av. Abolição, onde devem ser conservados os mesmos critérios relacionados no item 3.2.

4. SISTEMA VIÁRIO

Organizado em termos de: vias principais, secundárias, paisagísticas e setoriais (locais).

4.1. Vias principais

Av. Beira-Trilho (Av. Dos Jangadeiros) (ver ~~prancha~~ ^{planta e} detalhe prancha 1) via de caráter expresso, com adaptação de vias laterais que adequem aos usos nas faixas lindeiras e via férrea central adaptada ao sistema de veículo leve sobre trilhos (que poderá ser implantado no futuro).

*. O cruzamento com algumas vias de caráter setorial (local) é, no sentido de se ^{diminuir} ~~evitar~~ o fluxo demasiado de automóveis no interior da área. ^{EVITADO}

*. Os cruzamentos com a Av. D. Luiz e ^{av.} Abolição, que se caracterizam como pontos críticos, foram solucionados através de viadutos (pranchas 2 e 4) ^{as} (As áreas sob a projeção das alças de apoio recebem tratamento paisagístico com arborização.)

Av. Abolição (ver planta e detalhe prancha 1) via de caráter arterial e ao mesmo tempo corredor comercial.

*. Recebe alargamento a partir da R. Nancel Jesuino no sentido leste, no sentido de ganhar faixas que se adequem aos usos nas faixas lindeiras e que possibilitem ^{FUTURO} fluxos mais rápidos nas vias centrais. (possibilidade de alargamento no sentido oeste).

Av. D. Luiz. (via coletora) permanece o traçado atual, com indicativo de futuro alargamento no sentido de ganhar novas faixas laterais e passeios mais largos.

Av. Alberto Sá (via coletora) de caráter residencial/comercial.

*. Obstruída a ligação Alberto Sá/Tavares Coutinho, no sentido de se evitar o fluxo intenso de automóveis no interior da área do parque.

*. A Av. Beira Trilho passa a ser o início e final da Av. Alberto Sá.

*. ~~OPERAÇÕES~~ NÃO ESTÃO PREVISTAS OBRAS DE ALARGAMENTO. AS DIMENSÕES ATUAIS ADEQUAM-SE AOS FUTUROS USOS LINDEIRAS E A ESTIMATIVA É DE QUE A INTENSIDADE DE FLUXO SEJA MANTIDA, JÁ QUE ~~REMANESCE~~ A AVENIDA TERDE A SUA CONTINUIDADE COM A R.T. COUTINHO.

4.2. VIAS SECUNDÁRIAS

Entendidas como vias locais de maior importância, correspondendo às Ruas Manoel Jesuino e Tavares Coutinho.

R. Tavares Coutinho adquire importância por fazer a ligação entre a Av. Beira Trilho e a R. Manoel Jesuino, marcando esta etapa do parque.

*. Sofrera alargamento apenas ao nível dos passeios, permanecendo o leito carroçável com as condições atuais. Permanecerá com pavimentação asfáltica, TENDO EM VISTA A RAZOÁVEL INTENSIDADE DE FLUXO EM SEU LEITO.

R. Manoel Jesuino - via de grande importância por suas características residenciais, comerciais e paisagísticas.

*. Determinação de áreas ^(FAIXAS) lindeiras destinadas ao uso comercial vicinal.

*. Interrupção da ligação Manoel Jesuino/Av. D. Luiz, sendo necessária a elaboração de áreas para manobra de retorno ao final da via.

*. Recebe pavimentação com paralelepípedo em seu percurso.

4.3. VIAS PAISAGÍSTICAS

Correspondentes à Av. Beira Mar e vias de contorno do parque, além de trechos das vias principais que permitam acesso a visuais paisagísticas.

Av. Beira Mar (ver detalhe prancha 1) não recebe alterações em termos de alargamentos, ganhando pavimentação com paralelepípedo em seu percurso pelo parque (com proposta de mudança gradativa, abrangendo toda a orla).

Vias de contorno do parque (ver detalhe prancha 2) recebem alargamento, com adaptação de áreas para estacionamento.

*. Recebem pavimentação com paralelepípedo.

*. Proposta de posteação com fiação subterrânea.

4.4. VIAS SETORIAIS * VIAS INTERIAS, ~~EXCERTEMENTOS~~ COM CARACTERÍSTICAS ADEQUADAS A ÁREAS RESIDENCIAIS: BAIXA INTENSIDADE DE FLUXO, BAIXA VELOCIDADE, ARBORIZAÇÃO COMO PROTEÇÃO DE FACHADAS E ILUMINAÇÃO SUFICIENTE À SEGURANÇA DOS MORADORES.

SETOR 1 (ver detalhe prancha 2) - recebem pavimentação com pedra tosca, planejamento para arborização e posteação (fiação), observando-se a necessidade de proteção das fachadas voltadas para oeste.

*. Proposta de áreas para manobras de retorno em vias sem saída (no caso da obstrução dos cruzamentos com a Av. Beira Trilho).

*. Proposta de tratamento diferenciado para o prolongamento da Antonio Justa, arborização dos passeios laterais, posteação na calçada central.

● SETOR 2 (ver detalhe prncha 3) maior ênfase a elaboração de vias exclusivas para pedestres.

*. Proposta de alargamento de vias ^{carrossáveis} mantendo-se o mesmo traçado irregular.

*. Proposta de vias setoriais percorrendo faixas lindeiras à Av. Beira Trilho.

*. PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA TOSA

● SETOR 3 (ver detalhe prncha 4) adequação da secção da via ao gabarito das edificações. proposta de alargamento e pavimentação asfáltica.

● 5. INFRAESTRUTURA

Baseia-se na implantação de rede de esgotamento sanitário e na melhoria dos sistemas de abastecimentos de água, coleta de lixo e iluminação pública, viabilizando a ocupação da área e a despoluição dos recursos hídricos (riacho e orla marítima).

*. Em termos de esgotamento sanitário sistema de coleta domiciliar (por entre os lotes) canal coletor disposto paralelo ao curso do riacho (seguindo as cotas mais baixas) desembocando no interceptor oceânico e águas pluviais com lançamento direto nos riachos.

*. Iluminação pública planejamento em termos de disposição da posteação e fiação com relação à arborização das vias (ver cortes das vias), fiação subterrânea nas vias caracterizadas como paisagísticas, garantia de boa iluminação no parque.

*. Coleta de lixo utilização do sistema de containers (coleta indireta) na área do parque e áreas de difícil acesso do carro coletor.

● 6. LEGISLAÇÃO

Uma aceitável concretização das intervenções urbanas acima relacionadas imprescinde de uma crítica à atual legislação e elaboração de uma nova lei, com reelaboração dos conceitos de zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo, levando em consideração as diferenças sócio-econômicas da população, caracterizada pela heterogeneidade. Por outro lado, é também imprescindível um maior rigor no controle e fiscalização da legislação, devendo partir da própria população o zelo pelo espaço que habita.

● 7. PARTICIPAÇÃO POPULAR

Ocorrida desde a fase de diagnóstico, com a exposição dos princi-

país problemas, passando para fase de planejamento, com a apresentação de propostas, e reformulações no projeto de intervenção. A participação popular deve ocorrer, ainda, na fase de execução, com possibilidade de aproveitamento com a autoconstrução remunerada e autogestão, partindo daí para a fiscalização e o zelo de sua própria área. Nesse sentido, tal participação, desde as primeiras etapas do trabalho se mostra fundamental, conferindo aos habitantes um maior exercício de cidadania.

É necessário, por outro lado, a formação da população em termos de educação ambiental, garantindo-lhes o conhecimento necessário em termos de manutenção, zelo e controle do seu habitat.

8. O PARQUE ECOLOGICO

8.1. DESENHO

O desenho do parque deve valorizar a topografia natural (recuperando-a quando necessário), desenvolvendo-se em patamares e acompanhando as curvas de nível; as vias de percurso intercalam-se com áreas de vegetação estando interligadas por outras em sentido transversal. Ficam definidas áreas de proteção máxima, nas áreas mais próximas ao leito dos riachos, de acesso apenas visual, (com dimensão média de 20 m de cada lado do riacho).

8.2. EQUIPAMENTOS E PROGRAMAS (legenda prancha 1)

EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Critérios para implantação: carência do equipamento naquele local, aproximação das comunidades a qual atenderá, guardar uma relação estreita com a comunidade e seus aspectos socio-econômicos.

E1) Creche escola (creche e jardim de infância)

Capacidade 450 alunos/turno. 2 turnos

Área construída 1600m²

" tributária 1600m²

Total 3200m²

Raio de influência 400m

Integrada ao parque infantil

E2) Escola primária (1ª - 8ª série)

Capacidade 400 alunos/turno. 3 turnos

Área construída 1600m²

" tributária 2800m²

Total 4400m²

Raio de influência 800m ou 10min. a pé

Integrada ao parque escolar

E3) Escola secundária (2o grau e profissionalizante)

Capacidade 200 alunos/turno. 3 turnos

Area construída 1600m²

" tributária 800m²

Total 2400m²

Raio de influencia 1600m

Integrada ao parque escolar.

E4) Reforma em escola já existente

E5) Reforma e ampliação em escola já existente

(X) Escolas demolidas

EQUIPAMENTOS COMUNITARIOS

Cr^{terios} de implantação: proximidade e relação com as comunidades, tratamento arquitetônico uniforme (com relação aos materiais). Setor 2.

Cc) Centro Comunitário

Area construída 150m²

Ca) Centro de Educação Ambiental

Area construída 150m²

Pp) Posto policial

Localizado em área central, o que permite a visualização de quase todo o parque e a menor distância entre as extremidades.

Area construída 250m²

Pc) Posto de correios e telegrafos

Localizado em área central.

Area construída 100m²

Ps) Posto de saúde

Localizados próximo às comunidades carentes (setor 2).

Area construída 200m²

Cm) Cemitério

Prevista a ampliação no sentido de se relocar tumulos dispostos irregularmente, implantação de sistema de forno crematório e capela. ^{ESGOTAMENTO TESTE, FIMURAMENTE, IRA DEMANDAR A IMPLANTAÇÃO DE NOVO CEMITÉRIO, SEGUINDO O CRITÉRIO DE PROXIMIDADE EM RELAÇÃO À ÁREA}

EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

L) Lavanderias

Pontos distribuídos entre as áreas de população de baixa renda, abrangendo ainda, o morro Santa Terezinha.

Cr^{terios} para cálculo da área: 8 lavadeiras/tanque/dia. (Durante 6 dias da semana.)

EQUIPAMENTOS COMERCIAIS

→ C1) Praça 24 horas

Localizada entre a Av. Beira Mar e Av. Abolição (setor 3) visando ao atendimento da população de classe alta e média e turismo. Área de implantação 16800m². (prancha 3).

C2) Proposta de implantação de quarteirões de comércio vicinal, com possível implantação no interior de áreas com população de baixa renda.

Critérios para cálculo da área: 0.3Ha/ 1000 residentes de área construída

6 a 9 metros de recuo/100 residentes de frente

C3) Proposta de implantação de faixa de comércio vicinal lindeiro a R. Manoel Jesuino.

Critérios para cálculo ver em C2.

EQUIPAMENTOS RELIGIOSOS

I) Igreja

Prevista reforma e restauração arquitetônica com a permanência dos anexos laterais.

EQUIPAMENTOS DE LAZER

P1) Parque infantil

Localizado próximo a Creche Escola, dotado de área para brinquedos, lazer passivo e deve ser cercado por questões de segurança.

P2) Parque escolar

Destinado a utilização por parte das escolas e comunidades. Prevista a implantação de dois parques desse tipo anexos às áreas escolares.

Programa: anfiteatros, áreas para lazer ativo e passivo, equipamentos esportivos.

P3) Parque urbano/esportivo

Destinado a população de modo geral, em termos de lazer ativo e passivo.

Programa: quadras poliesportivas, campos de futebol, pistas de cooper, equipamentos para ginástica, área paisagística e jogos diversos. (setor 1).

EQUIPAMENTOS MENORES

Entende-se aqui equipamentos com: bancas de jornal, lanchonetes, caixas de correio, telefones públicos, etc...

Critérios para locação: deverão estar localizados de forma agrupada em pontos de grande concentração de pessoas, ou seja, cruzamentos de passeios, no interior do parque, pontos de ônibus, cruzamento de vias, etc...

As áreas de maior fluxo ou concentração de pessoas deverão ter um maior número de equipamentos.

CONCLUSÃO

Caracteriza-se esta fase de anteprojeto, por um grau maior de desenvolvimento das ideias pensadas inicialmente em termos de premissas, objetivos e diretrizes gerais de um programa de intervenção. Fundamenta-se como um elo de ligação entre as etapas anteriores e a próxima de projeto urbano (executivo), quando se chega a conclusão do projeto e sua execução.

Observe a data prevista para
devolução, pois o atraso será
convertido automaticamente em

Multa

Costa, Gustavo B. de Nascimento

Núcleo político-cultural/Mucuripe

PG 40

Para sua maior segurança, guarde o
Comprovante de empréstimo de sua
última devolução e/ou renovação.